

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

RAFAEL BARRA AMADOR

“ME ORGANIZANDO POSSO DESORGANIZAR”:
RESISTÊNCIAS E AUTONOMIA TERRITORIAL A PARTIR DA TEIA DE POVOS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MARANHÃO

São Luís

2022

RAFAEL BARRA AMADOR

**“ME ORGANIZANDO POSSO DESORGANIZAR”:
RESISTÊNCIAS E AUTONOMIA TERRITORIAL A PARTIR DA TEIA DE POVOS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MARANHÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Produção do Espaço e Territorialidades

Orientador: Profº Drº Samarone Carvalho Marinho

São Luís

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Amador, Rafael Barra.

"ME ORGANIZANDO POSSO DESORGANIZAR" : RESISTÊNCIAS E
AUTONOMIA TERRITORIAL A PARTIR DA TEIA DE POVOS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MARANHÃO / Rafael Barra

Amador. - 2022.

95 p.

Orientador(a): Samarone Carvalho Marinho.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Geografia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís -
MA, 2022.

1. Autonomia. 2. Movimentos sociais. 3. Resistência.
4. Teia de povos e comunidades tradicionais. I. Carvalho
Marinho, Samarone. II. Título.

**“ME ORGANIZANDO POSSO DESORGANIZAR”:
RESISTÊNCIAS E AUTONOMIA TERRITORIAL A PARTIR DA TEIA DE POVOS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MARANHÃO**

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Examinador 1

Examinador 2

Examinador 3

*À Maria Salete, minha mãe e a todas as
mulheres e homens que tomaram na luta em
defesa dos seus territórios e da vida.*

Agradecimentos

*[...] "Aí minha vóia, deixa a cenoura aqui
Com a barriga vazia não consigo dormir"
E com o bucho mais cheio comecei a pensar
Que eu me organizando posso desorganizar
Que eu desorganizando posso me organizar
Que eu me organizando posso desorganizar".*

SCIENCE, Chico. Da lama ao Caos. *In*:
Chico Science & Nação Zumbi: da lama ao
caos. 1994.

RESUMO

A presente pesquisa de mestrado, é o resultado de alguns anos (desde o curso de graduação) acompanhando o *movimento* da Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão sob o território do maranhense, em diversas situações como: acampamentos, reuniões e encontros. A partir destas vivências nos aproximamos do conceito de autonomia/autonomia territorial, e como os megaprojetos de desenvolvimento em especial o MATOPIBA, têm constrangido a Povos e Comunidades a exercerem suas autonomia(s). O presente conceito serve de ponto de partida para as análises e exemplos apresentados ao longo do texto. Para construção da pesquisa que, não se pretende finita, lançou-se mão de trabalhos de campo realizados em 2019 e nos anos seguinte em função da pandemia, utilizou-se dos meios de comunicação para entrevistas, em especial, os aplicativos de troca de mensagens, como também construção de um estado da arte em torno dos conceitos de autonomia e território. Por fim, apresentamos, os resultados do nosso campo empírico – Comunidades articuladas na Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão, como a própria Teia enquanto articulação – sempre buscando relacionar os casos empíricos as categorias/conceitos trabalhos na pesquisa.

Palavras-Chave: Autonomia; Resistência; Teia de povos e comunidades tradicionais; Movimentos sociais.

ABSTRACTO

La presente investigación de maestría es el resultado de algunos años (desde el curso de pregrado) siguiendo el movimiento de la Red de Pueblos y Comunidades Tradicionales de Maranhão bajo el territorio de Maranhão, en diversas situaciones como: campamentos, reuniones y encuentros. A partir de estas experiencias, abordamos el concepto de autonomía/autonomía territorial, y cómo los megaproyectos de desarrollo, en especial MATOPIBA, han constreñido a los Pueblos y Comunidades a ejercer su(s) autonomía(s). Este concepto sirve como punto de partida para los análisis y ejemplos presentados a lo largo del texto. Para la construcción de la investigación, que no pretende ser finita, se realizó un trabajo de campo en el año 2019 y en los años siguientes debido a la pandemia se utilizaron los medios de comunicación para las entrevistas, en particular, las aplicaciones de mensajería, así como la construcción de un estado del arte en torno a los conceptos de autonomía y territorio. Finalmente, presentamos los resultados de nuestro campo empírico - Comunidades articuladas en la Red de Pueblos y Comunidades Tradicionales de Maranhão, como la Red misma como articulación - siempre buscando relacionar los casos empíricos con las categorías/conceptos de la investigación.

Palabras clave: Autonomía; Movimientos sociales; Resistencia; Red de pueblos y comunidades tradicionales.

LISTA DE IMAGENS E FIGURAS

Imagem 01: Caminhão transportando toras de eucalipto da Suzano Papel e Celulose S/A.

Imagem 02: Imagem do 1984 extraída da base do Google Earth, referente ao Território da comunidade de Cocalinho.

Imagem 03: Imagem do 2016 extraída da base do Google Earth, referente ao Território da comunidade de Cocalinho.

Imagem 04: Localização das comunidades Tanque da Rodagem/São João.

Imagem 05: Ação direta promovida por quilombolas das comunidades Tanque da Rodagem/São João.

Imagem 06: Ação direta promovida por quilombolas das comunidades Tanque da Rodagem/São João.

Imagem 07: Reunião formativa no acampamento reviver Fatima Barros.

Imagem 08: Local onde ocorreu o embate em os indígenas Gamella e milicianos.

Imagem 09: Programação do encontro de avaliação dos 10 anos da Teia.

Imagem 10: Relatoria gráfica do encontro de avaliação dos 10 anos da Teia.

LISTA DE MAPAS

MAPA 01: Área de abrangência do MATOPIBA;

MAPA 02: Mapa da produção de Eucalipto no Maranhão em hectares – (2018);

MAPA 03: Mapa da produção de Soja no Maranhão em hectares – (2018);

MAPA 04: Mapa da distribuição espacial dos Encontrões da Teia de Povos e Comunidades Tradicionais.

LISTA DE SIGLAS

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EZLN – Exército Zapatista de Libertação Internacional

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MOQUIBOM – Movimento Quilombola do Maranhão

NERA – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Questão Agrária

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ZEE – Zoneamento Ecológico e Econômico

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS:	14
1.1. NOTAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	15
1.2. DO MÉTODO.....	18
2. O ESPAÇO AGRÁRIO MARANHENSE E A PRODUÇÃO DA NATUREZA.....	21
3. CONTROLE TERRITORIAL E A AUTONOMIA DOS TERRITÓRIOS	33
3.1 . ZEE – FERRAMENTA DE/PARA CONTROLE DO TERRITÓRIO	36
3.2. SOBRE AUTONOMIA	41
3.3. A CONSTRUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DE AUTONOMIA NO CAMPO MARANHENSE	52
3.4. COMUNIDADE QUILOMBOLA DE COCALINHO.....	54
3.5. COMUNIDADES QUILOMBOLAS TANQUE DA RODAGEM/SÃO JOÃO	58
3.6. COMUNIDADE QUILOMBOLA NAZARÉ – EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA ASSEGURAR AUTONOMIA.	64
3.7. A RESISTÊNCIA DO POVO INDÍGENA AKROÁ-GAMELLA.....	67
3.8. A TEIA DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MARANHÃO: FORMA DE EXPRESSÃO DAS LUTAS SOCIAIS NO MARANHÃO.	69
3.9. AVALIAÇÃO DOS DEZ ANOS DE CAMINHADA DA TEIA DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MARANHÃO.	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	84
ANEXOS.....	90

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

Pode soar bastante pretensioso, mas certos de que não há neutralidade na pesquisa científica, ainda que o rigor acadêmico exija dos pesquisadores tal neutralidade, estas páginas apresentam uma partilha de vivências no âmbito indissociável da pesquisa e militância, de tal sorte, que somamos estes escritos a outros já produzidos para um chamamento à unidade de povos camponeses e citadinos, explorados e oprimidos a unidade na luta pela vida e pelas vidas que estão por vir.

Nosso objetivo com este trabalho é de registrar e disseminar a palavra de quem já caminhou e caminha no enfrentamento ao latifúndio, marcador estruturante das desigualdades sociais históricas no Brasil. Num cenário de agravamento da crise do capitalismo, sistematizar experiências e reflexões teóricas pode colaborar para que movimentos e organizações políticas possam avançar em suas lutas. Dessa maneira, registramos a experiência de movimentos sociais que trabalham no sentido da autonomia dos povos, sobremaneira, o caso da Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão.

Esta é o mote para pensar categorias geradas no seio da luta dos povos camponeses no Maranhão. Consideramos esses povos na sua diversidade, assim como essas experiências, sendo assim, essas categorias aparecem como diferenciadas. Nestes termos, autonomia pode soar como uma homogeneidade, mas nas práticas de cada caso têm sua particularidade.

Esse trabalho divide-se em 03 capítulos. Neste primeiro, introdutório, trazemos considerações teórico-metodológicas para pensar o campo maranhense, desde nossa chegada ao tema pesquisado, até o debate do método científico. No segundo capítulo trataremos de maneira preliminar da forma com que está desenhado o espaço agrário maranhense nos últimos, destacando elementos marcadores dessa atual configuração: os megaprojetos, a luta por autonomia dos povos e conflitos agrários.

E por fim, no terceiro capítulo da dissertação, apresentaremos com maior robustez, um breve estado da arte a respeito da noção de autonomia, tendo como referencial algumas experiências latino-americanas, brasileiras e, é claro, maranhense. Para tal, como figuração ao temário, lançaremos mão dos acompanhamentos feitos junto à Teia de Povos e Comunidades Tradicionais e comunidades articuladas na Teia. A Teia de Povos e Comunidades

Tradicionalis¹ é uma articulação entre Povos e Comunidades, com o objetivo de “*tecer o bem viver*” diante de tantas violências e direitos originários negados. Inicia-se entre uma articulação entre quilombolas e indígenas que diante de tantas pautas comuns, firmam alianças para construir caminhos autônomos e de resistência. (BATISTA; SANTOS; *et.al*, 2017).

1.1. NOTAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

A presente pesquisa teve como ponto de partida os questionamentos gerados ainda no percurso de elaboração do trabalho monográfico de conclusão do curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Tomou-se como elemento figurativo para o estudo, a Teia de Povos e comunidades tradicionais do Maranhão, nele tratamos, sobre as relações estabelecidas entre a sociedade – com suas várias formas de organização – no espaço, sua articulação e mobilização política dos seguimentos camponeses e Povos Tradicionais do Maranhão junto a Teia.

O trabalho monográfico foi resultado de alguns anos de pesquisas no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Questão Agrária (NERA/UFMA), como parte, inicialmente, do projeto de pesquisa intitulado “Mapeamento e georreferenciamento dos territórios em conflitos agrários no Maranhão” e, posteriormente, do projeto “Comunidades tradicionais, conflitos socioambientais e práticas participativas de mapeamento²”, ambos coordenados pela professora Dr.^a Roberta Maria Batista de Figueiredo Lima. Foram apresentados resultados preliminares obtidos a partir dos anos de pesquisa e vivência de campo, que nos possibilitou o contato com realidades camponesas distintas, levantando questões sobre essa realidade, sua forma de organização e enfrentamento ao avanço aos *megaprojetos*³ (falaremos mais sobre este tema em outra sessão do texto) que têm se instalado no território maranhense nas últimas décadas.

¹ Sobre a Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão: Cf. BATISTA, Carlos dos Santos; SANTOS, José do Nascimento; RODRIGUES, Lenora C. Mota; AMADOR, Rafael Barra; COSTA, Saulo Barros. **TEIA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MARANHÃO. (RELATÓRIO 2013-2016)**. Conselho Indigenista Missionário (CIMI) – Regional Maranhão / Comissão Pastoral da Terra (CPT) - Regional Maranhão / Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) / Núcleo de Estudos e Pesquisa em Questão Agrária (NERA). São Luís, 2017

² Em tempos diferentes os referidos projetos tiveram suas atividades financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA.

³ Para ideia sobre o *megaprojetos* recorremos a IBARRA (2016), que sustenta a ideia-força que os megaprojetos de desenvolvimento produzem transformações na natureza que podem ser entendidas como uma forma de produção espacial. Essas transformações, por sua vez, provocam tensões, já que vai de encontro a outras formas de pensar e ser na natureza, como as dos povos indígenas e dos camponeses. Cf. IBARRA GARCIA, Maria.V.

De antemão, estes megaprojetos têm sido dinamizadores dos conflitos pelo uso do território no Maranhão, transformando o espaço e no momento atual de globalização, mudando a perspectiva da questão agrária, com a financeirização das terras atuando de uma maneira mais avassaladora. Ao mesmo tempo, os grupos camponeses têm que reinventar suas formas de organização e de resistência, buscando alternativas para os discursos e as estratégias de usurpação de terras operadas pelos agentes responsáveis pelos megaprojetos.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender as transformações ocorridas no campo brasileiro, destacando o campo maranhense nesse contexto, considerando as várias esferas sociais e políticas envolvidas. O processo de transformação do campo dar-se-á, sobretudo, em função do desenvolvimento das atividades capitalistas no campo e as contradições inerentes ao próprio capitalismo modo de produção (OLIVEIRA, 2001). Cabe observar, ainda, que a pesquisa em tela, desenvolve-se, inicialmente, a partir das experiências dos sujeitos sociais articulados na Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão, onde, mediante esta interação, práticas insurgentes foram identificadas. Dando ênfase numa dinâmica territorial específica norteada pela autonomia e formas de resistência concreta (ações diretas), como os processos de retomadas de território, promovido por povos indígenas e seguimentos camponeses no Maranhão.

A questão central que mobiliza as ações de construção do trabalho, em primeiro plano: é como ocorre a organização de seguimentos camponeses, povos e como a partir desta organização produzem autonomia. Para isso, buscaremos como suporte para o desenvolvimento deste argumento as experiências desenvolvidas no âmbito da Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão.

As lutas populares anticapitalistas pautadas por ideais de autonomia [autonomia territorial] apontam para necessidade de reconstrução de um rompimento (total ou parcial) com as estruturas do Estado e do capital. A autogestão e o fortalecimento das autonomias territoriais são fruto de um processo mais amplo de luta pela retomado/manutenção do controle dos territórios. Os processos de luta dos povos e comunidades no Maranhão têm buscado caminhar em direção a uma autonomia popular, ainda que isso signifique em momentos históricos distintos, lutar também contra governos progressistas ou conservadores.

De acordo com Gisloti, *et. at* (2020, p. 05), neste início do século XXI, os anos de governo da esquerda institucional, também chamados de “setores progressistas”, demonstram o aprofundamento da matriz monocultural, latifundiária, primário-exportadora e a usurpação dos territórios ancestrais dos povos originários no Brasil. Mais de uma década de conciliação de classes, de intensificação do agronegócio, dos megaprojetos e de militarização das periferias levaram ao abismo do atual governo genocida-nazi-fascista.

Os erros/fracassos da esquerda institucional demonstraram uma vez mais a impossibilidade de transformação social e libertação dos povos e territórios dentro do Estado e das vias hierárquicas-burocráticas. De fato, não será disputando cargos entre poderes do Estado que conquistaremos nossa libertação e autonomia.

A expansão da fronteira capitalista, das invasões aos territórios originários, o intenso avanço da contaminação da natureza, por vezes, irreversível e os espaços de morte produzidos pelo agronegócio e os megaprojetos são faces do necropoder⁴ praticado Estado/capital que intensificam os processos de acumulação e espoliação dos territórios. A noção de necropoder pode ser compreendida a partir do terrorismo de estado (GISLOTI, 2020).

Um pluriverso de resistência secular, conhecimento e luta ancestral defendido diante da tirania dos megaprojetos colonialistas e capitalistas que assolam o mundo ainda persiste nos territórios brasileiros. Para além de serem justas e dignas, as lutas e processos de autodemarcação, são narrativas e ações anticoloniais que representam territorialidades constituídas a partir de organização política de diferentes gerações. O que tem impulsionado a criação de outros espaços de auto-organização elementares para o caráter das territorialidades autônomas e dos territórios de resistência (GISLOTI, 2020).

Organização da luta em diferentes contextos territoriais expande as “retomadas” das terras historicamente ocupadas contra o capitalismo que sustenta a agro-indústria e o extrativismo em larga escala do megaprojetos, p. ex. A luta por autonomia territorial e o que torna possível a recomposição e recuperação da natureza.

Essas insurgências e novos processos Político-organizacionais apresentam novos horizontes para as atuais lutas anticapitalistas e populares, e que acabam se conformando em ações políticas que potencializam caminhos possíveis nas lutas por libertação de todos os povos oprimidos do mundo e pela construção da autogestão territorial (GISLOTI, 2020).

⁴ Sobre a ideia de necropoder/necropolítica: Cf. MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Traduzido por Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

Os conceitos e categorias apresentados no trabalho são pensados, evidentemente, a partir da realidade concreta e seus aspectos contraditórios, como as noções de sociedade e de natureza; sujeito e objeto; liberdade e necessidade. Desta forma, compreende-se que as lutas sociais também produzem conceitos, teorias que corroboram para uma tentativa de explicação de seus próprios fenômenos.

1.2. DO MÉTODO

A questão do método para tratar de processos envolvendo os povos do campo no Maranhão envolve um esforço de pensar o lugar do conceito na realidade concreta. Dessa maneira, entendemos que a pesquisa a partir do método dialético. Segundo SPOSITO (2004, p. 44) “o método (dialético) se constitui pela fusão da teoria abstrata e da prática concreta [...]”. Neste sentido, a reunião destes elementos e, para compreendê-los minimamente, utilizaremos referenciais teóricos que partem da realidade a qual nos referimos. Conforme RODRIGUES (2010) sugere compreensão da realidade demonstrada é a forma mais simples, porém, não a mais fácil.

Depreendendo de KONDER (2004), em sua obra introdutória acerca do método de pesquisa materialista histórico, podemos aferir, em larga medida, que a partir dele torna-se possível construir a capacidade de pensar as contradições existentes na realidade concreta. Uma forma de pensar que a realidade vive em constante transformação.

O estudo desses processos e suas contradições, suas particularidades espaço-temporais, lançando mão da teoria e da prática, é um meio pelo qual podemos identificar elementos para entender a inserção do Estado do Maranhão, do Nordeste brasileiro, no processo de modernização do atual estágio da globalização. Amparados no que dizem (SANTOS, 2013; HARVEY, 2005; SMITH, 1989) em seus respectivos trabalhos, em que pese as diferenças temporais entre as publicações, torna-se possível depreender, por livre associação, que territórios como o Maranhão, considerado como um espaço subalterno é tomando como referencial a escala mundial, como área propícia a expansão do capitalismo.

A concepção teórico-metodológica adotada preliminarmente neste trabalho não se pretende enquanto um conjunto de regras. NETTO (2011, p. 52) diz que, inclusive para Marx, “o método não é conjunto de regras formais que se ‘aplicam’ a um objeto que foi recortado para uma investigação, tão pouco enquadrar o objeto de investigação”. A fim de ampliar as

possibilidades de compreensão dos processos que compõem o objeto investigado. MARQUES (2019) se posiciona em defesa do que chama de unidade epistemológica, proposta que visa a possível superação dos limites da ideologia moderna de natureza sem recorrer a pluralismos e naturalizações de cosmovisões, desenvolvendo uma abordagem dialética da natureza, que vai além da casualidade restrita da ciência moderna.

Os estudos em geografia têm como fundamento analítico a relação sociedade e natureza como questão central. A respeito disto, recorreremos MARQUES (2019, p. 176) quando nos fala que: “O estudo da relação entre sociedade e natureza é uma questão central para o pensamento geográfico, que tem se valido de conceitos como paisagem e região, dentre outros, para apreender a síntese dela resultante”. Desta forma, na tentativa de melhor delinear a relação sociedade e natureza, e no afã de compreender como essa relação se processa no território e, desta forma, clarificar a perspectiva metodológica para apreensão das realidades analisadas, recorreremos ao que nos diz MARQUES (2019), a partir de Marx e sua dialética da natureza.

MARQUES (2019, p.181), diz:

Marx entende o homem (ser humano) como ser natural que se diferencia dos demais pelo desenvolvimento de sua capacidade teleológica, o que o habita a produzir os seus meios de vida. Assim, o trabalho e o processo de produção constituem mediações centrais entre ser humano e a natureza, por meio das quais se define o seu modo de vida e se redefine a unidade entre as duas partes ao longo da história.

Sobre o método dialético, MARQUES (2019, p. 181) nos diz: “Essa diferenciação do ser humano às outras formas de vida e à natureza em geral representa uma separação radical do ponto de vista da lógica formal e do positivismo, porém, para a dialética, ela deve ser compreendida de forma relacional”.

Para a construção da dissertação a escolha do método e metodologia é que irá mediar a relação entre o que se quer pesquisar com aquilo que será pesquisado. Desse modo, o método que vai servir de caminho para o desenvolvimento da pesquisa em tela é o dialético, bem como, o aporte de referências críticos de interpretação, que subsidiam possibilidades de entendimento dos movimentos e mudanças pelas quais as sociedades sofrem ao longo de suas histórias. Portanto, não reivindicamos o método dialético enquanto prisão, mas sim, que, a partir do mesmo, seja possível construir um pensamento libertário, destacando, também, a componente histórica que está presente nas relações que constituem um todo. Desta forma, a

pesquisa se baseia em uma revisão bibliográfica que busca o debate a respeito da ideia de autonomia e território.

Além disso, iremos revisitar os relatórios/relatos produzidos após cada Encontro⁵ da Teia. Entendendo, este último, como um foro de debate e compartilhamento de experiências vivenciadas pelas diversas comunidades e entidades apoiadoras da Teia. [Onde, neste momento de partilha, se realiza a memória da Teia.

A coleta de informações foi realizada de fontes secundárias, na consulta aos relatórios de cada encontro, mas também, foram produzidas a partir da vivência proporcionada pelos trabalhos de campo realizados nas comunidades em situação de conflito, bem como, aos encontros da Teia. Nestes momentos, ora nos colocamos como observador e ouvinte das atividades coletivas, ora participamos diretamente da dinâmica dos encontros, (estando/dividindo funções na cozinha), ora dançando e cantando nas rodas de tambor.

Outra forma de acessar as informações que ajudaram a subsidiar o presente trabalho, deu-se mediante os trabalhos de mapeamento territorial de comunidades em situação de conflito. Os trabalhos em questão foram feitos em atendimento às demandas das próprias comunidades e da Comissão Pastoral da Terra regional Maranhão – CPT/MA, parceira fundamental na execução dos trabalhos de campo. Como parte do período referente à pesquisa aconteceu durante a ainda vigente pandemia, os aplicativos de troca de mensagem tiveram papel importante para acessar informações.

⁵ Em novembro de 2014, na comunidade Taim, localizada na zona rural de São Luis/MA, aconteceu o I Encontro, como o tema: Memória, Identidade, Cultura, Modo de Vida e Bem Viver. O II Encontro aconteceu fevereiro de 2015, no Território Taquaritiua, do povo Akroá Gamella, Viana/MA, e teve com o Bem Viver – um caminho possível. O III Encontro aconteceu do dia dezembro de 2015, no quilombo Santa Maria, município de Codó/MA, como tema: Tecendo nossa autonomia e reafirmando nossos princípios. O IV Encontro aconteceu em maio de 2016, na comunidade sertaneja Forquilha, às margens dos Rios Parnaíba e Balsas, em Benedito Leite/MA, e teve como tema: A Teia é o caminho da rebeldia e não da aceitação. O V encontro aconteceu novembro, na comunidade de quebradeiras de coco de Centro dos Pretinhos, em Dom Pedro - Maranhão, com o tema: “Não existe Babaçu livre em Terra presa.” O VI Encontro aconteceu do em maio de 2017, na comunidade quilombola Alto Bonito, Brejo/MA, com o tema: “Não estamos extintos. Estamos de pé, em luta. Esta terra é nossa!”. O VII Encontro aconteceu do em dezembro de 2017, na comunidade quilombola de Cocalinho, Parnarama/MA, com o tema: Nosso Território Sagrado: bem viver, memória, luta e esperança. O VIII Encontro aconteceu em junho de 2018, na comunidade sertaneja de Gostoso, Aldeias Altas/MA, com o Tema: Retomar nossas raízes com a luta e resistência, defendendo a Vida e o Bem Viver. O IX Encontro aconteceu em de novembro de 2018, na aldeia São José - Território do Povo Krikati, Montes Altos/MA, com o Tema: *ME PAAPI EHMPOO JARII NE EHMPOO HYH PII'CYM ME PAAPEHXPOH XY'NY* (Somos Raízes e Sementes nos Territórios em Luta). X encontro com o tema: “nas águas da resistência recontamos nossa histórias”, aconteceu na comunidade e Pescadores Artesanais Água Riquinha, Paulino Neves/MA no mês de setembro de 2019.

Por metodologia, o território eleito para sediar o encontro e escolhido em plenária onde quem vota é o próprio povo. Entende-se, ainda, que a escolha da comunidade seja também feita em virtude da latência dos conflitos naquele momento. Ainda como metodologia organizativa das atividades dos Encontros, há a divisão em grupos de trabalhos que discutem sobre temas como: autonomia territorial; autogoverno; comunicação; soberania alimentar; gênero e poder, colonialidade e descolonialidade. Podemos compreender esta etapa como momento de formação política realizada no âmbito da Teia.

Contudo, o encontro do ano 2020 foi suspenso em razão da pandemia SARS-CoV-2 que vem assolando nações por todo o mundo, sobretudo, países e localidades mais pobres e vulneráveis economicamente. Desta maneira, fica aberta uma possibilidade de novos estudos que versariam sobre as formas com as quais as comunidades camponesas têm enfrentado a pandemia e seus desdobramentos.

2. O ESPAÇO AGRÁRIO MARANHENSE E A PRODUÇÃO DA NATUREZA.

Neste temário são expostas neste temário são, se e somente se, apontamentos preliminares para aproximação do tema do agronegócio como expressão específica de um megaprojeto e, como bem pontua MARINHO; BATISTA E AMADOR (2020), as consequências aos usos de bens naturais comuns e aos territórios. MARINHO; BATISTA E AMADOR (2020) em contraposição à forma hegemônica de apropriação dos bens da natureza, em muito expressa por megaprojetos, enquanto condição espoliativa do território, tem-se o iremos chamar de produção contra-hegemônica praticada por povos e comunidades que está intrinsecamente ligada à autonomia territorial, por sua vez, acaba por construir formas novas de relação com a natureza.

Em um momento de aceleração da inserção do capital no campo brasileiro, em específico no Maranhão, de maneira voraz têm produzido profundas transformações na configuração do espaço agrário maranhense. Explicitando as contradições inerentes ao modelo de produção do agronegócio e do aumento da concentração de terra (propriedade privada), quando aprofundadas promovem efeitos sociais e ambientais danosos aos modos de vida. O crescimento explosivo do agronegócio no território brasileiro tem suas bases historicamente sentadas em normativas estatais que datam desde período colonial com a distribuição das sesmarias (LIMA, 2015).

O campo maranhense é marcado há várias décadas por sucessivas investidas de “modernização” do modo de produção, inserindo-o numa lógica capitalista de produção agrícola em detrimento da produção tradicional camponesa, processo que vem estimulando os conflitos fundiários, segundo apontam os números levantados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) no relatório lançado em 2020, tem se visto que a violência no campo cresceu vertiginosamente.

Sobre a modernização no campo RODRIGUES *et al.* (2020, p.112), nos diz o seguinte:

A modernização do território tem se dado no estado com base de grandes projetos, vinculando técnica e ciência com os grandes projetos agropecuários, minero siderúrgicos e de turismo que mobiliza capital e opera processos de territorialização e desterritorialização no Maranhão. Os grandes projetos têm sido implantados no estado com um discurso desenvolvimentista em que emprego e renda são o mote e que a saída das condições de pobreza e miséria da população aparece como um sinônimo.

Ideia de modernização do território é um elemento estratégico para expansão do capitalismo, sobretudo, em áreas consideradas historicamente como *atrasadas e pobres* e, portanto, ao se considerar uma determinada área como atrasada e pobre, são criadas as condições para instalação de “projetos desenvolvimento”. Um exemplo é a construção e ampliação do complexo portuário de São Luís, da Estrada de Ferro Carajás – EFC, duplicação da BR-135, áreas destinadas ao plantio de grãos e silvicultura no sul e leste do estado, são projetos produtivos de desenvolvimento logístico e de integração, que recortam o estado do Maranhão e desde a instalação vêm produzindo tensões e conflitos em seu entorno, bem como, desestruturando os modos de vida, relações sociais, relações de produção, além produzirem danos a natureza.

Segundo RODRIGUES *et al.* (2020, p.113): “A ideia de modernização do território pode ser vinculada, sobretudo, a dois conceitos: o de globalização e modernidade”. O conceito de modernidade⁶ entendido e utilizado como parte integrante do processo de modernização imediatamente contrário ao modelo considerado arcaico/atrasado. Já o conceito de globalização capitalista é construído como resposta direta a fenômenos do mundo atual. Tais conceitos são cunhados de modo a não considerar as contradições presentes em ambos.

Os territórios são colocados em disputa por forças desiguais, configuram-se como elementos centrais de interesse para o Estado e o capital envolvendo entes privados

⁶ Sobre o conceito de modernidade, recorremos a interpretação realizada por MARQUES (2019, p.176) Sobre a modernidade, (fenômeno sociocultural, econômico e político), naturalizam-se as relações constituídas da sociedade burguesa, incluindo a sua relação com a natureza, e esta sociedade é tomada como conceito universal de sociedade. Outras formações sociais e saberes as desvalorizados, considerados inaptos e assim subordinados ao domínio de um saber de caráter objetivo, capaz de acessar as coisas em si como é característico da ciência moderna. Cf. MARQUES, MARTA INEZ. **Natureza e sociedade**. In: Ana Fani Carlos; Rita de Cássia Ariza da Cruz. (Org.). A necessidade da geografia. 1ed. São Paulo: Contexto, v.1. p. 175-190, 2019.

(fazendeiros) e empresas. As tensões provocadas a partir destas disputas são causas centrais dos crimes ocorridos no campo (BATISTA; SANTOS; *et.al*, 2017). Podemos pensar o território Maranhense a partir da ideia desenvolvida por PITTA & VEGA (2017), ao referirem as áreas de cerrados exploradas, os autores salientam a grande presença/influência do capital internacional agrícola e fictício em territórios que possuem seus limites dentro do bioma cerrado, inserindo-os na lógica do capital transnacional.

Ainda sobre o território maranhense, nos diz FERREIRA (2017), num contexto considerado de modernização desenvolvem-se as ideias de *espaços vazios e vocações*⁷, ideologia que cria justificativas que tornam invisíveis indivíduos que vivem em áreas tradicionalmente ocupadas⁸, consideradas de interesse estratégico para o desenvolvimento do Estado. Com o processo de desenvolvimento capitalista atual e a expansão, dominação da natureza e dos territórios, várias problemáticas são produzidas como: a perda da diversidade biológica, cultural, social e econômica restando apenas a *monocultura*.

O modelo do complexo de infraestrutura e “desenvolvimento” instalado no Maranhão – que articula mina-lavoura-energia-ferrovia-porto – foi aplicado em diversos outros territórios da Amazônia legal e está diretamente ligado a uma concepção moderna de produção da vida, produção e uso da natureza, atrelado a produtividade e empreendedorismo lucrativo. Todos os casos de projetos de desenvolvimento visam prioritariamente expansão da acumulação de capital, realizado a partir da diminuição do tempo de produção, consequentemente redução do tempo de circulação de mercadorias, permitindo maior rotação de capital.

Conforme salienta PORTO-GONÇALVES (2018), a respeito da condição espaço-tempo, que passa a ganhar nova configuração tornando possível, mediante cria necessidades de ampliação do capitalismo, efetivadas a partir da implantação destes projetos. O mesmo autor ainda adverte, “submeter o espaço ao tempo, e não a um tempo qualquer, mas ao tempo do capital e das grandes corporações” (PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 61). O tempo

⁷ Mais informações ver em: Cf. FERREIRA, SIMONE RAQUEL BATISTA. **Conflitos territoriais e a explicitação de matrizes de racionalidade divergentes:** projetos desenvolvimentistas e emergência de r-existências dos e comunidades tradicionais no Espírito Santo. *In.*: CRUZ, VALTER DO CARMO CRUZ; OLIVEIRA, DENÍLSON ARAÚJO DE OLIVEIRA (Org). **Geografia e giro descolonial, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. 1. Ed. Letra Capital. Rio de Janeiro, 2017.

⁸ Sobre a categoria Terras Tradicionalmente Ocupadas, largamente desenvolvida pelo antropólogo Alfredo Wagner. Cf. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasta:** terras tradicionalmente ocupadas. 2ª. Ed. Manaus: pgsc-UFAM, 2008.

(cronológico) de realização de processos das corporações difere do tempo de Povos e comunidades. Tais eventos tornam *os povos e comunidades tradicionais* diretamente impactados por políticas de “desenvolvimento” praticadas pelos gestores governamentais, com o claro objetivo de implantação desses empreendimentos, pautados no discurso de que os mesmos irão desenvolver as regiões. Estes projetos contam com a participação de capital internacional, na figura de empresas transnacionais, culminando em conflitos de domínio pelo território (PEDRO; SANT’ANA JÚNIOR, 2018).

Isso no tocante à propriedade privada da terra, esta dá a quem possui direito sobre ela, o poder de cobrança pelo seu uso. Em se tratando de um bem finito, a terra tem seu valor aumentado a medida que surgem demandas produtivas norteadas pelo mercado, como: demanda de alimentos e matérias primas.

Marques (2019, p. 176), aponta que o estudo da relação entre sociedade e natureza é uma questão central para o pensamento geográfico, que tem se valido de conceitos como paisagem e região, dentre outros, para apreender a síntese dela resultante. No entanto, tem prevalecido a compreensão de que a sociedade e a natureza são entidades distintas, constituídas por características e propriedades que lhes são intrínsecas, além de externas e estranhas entre si.

O desenho mais recente do espaço agrário maranhense é marcado pela contradição, onde os interesses dominantes são privilegiados desde o início da colonização do Brasil. Corrobora essa afirmação a divisão em sesmarias às ocupações por fazendas de cana de açúcar e algodão, da promulgação da Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601/1850), à “Lei Sarney de Terras do Maranhão” (Lei Estadual n.º 2.979/1969) , que se conformam em marcos legais que possuem fundamental papel no processo que demarcou e até os dias atuais demarca o caráter contraditório.

MILTON SANTOS (2006, p.177), enfatiza que “as épocas se distinguem pelas formas de fazer, isto é, pelas técnicas”. Dessa maneira, o Maranhão contemporâneo se distingue quanto ao modelo de desenvolvimento abordado aqui, o que implica tentar capturar a dimensão das transformações impostas com a instalação e operação de grandes projetos de desenvolvimento na dinâmica de reprodução do território maranhense.

As mudanças na dinâmica produtiva exigem maior estrutura e mais aparatos técnicos que concedam maior eficácia a produção, desta forma, estabelecer o controle sobre os territórios se faz necessário para que o capitalismo se realize. Ao considerarmos os projetos de

desenvolvimento responsáveis diretos pelas rápidas transformações ocorridas nos territórios, neste caso, em especial o território maranhense.

Nesse sentido, podemos depreender de SANTOS (2006) que determinados territórios representam janelas de possibilidades para o desenvolvimento das atividades capitalistas. Desta forma, o Maranhão ganha essa representação visto que apresenta uma conjunção de fatores favoráveis para as atividades voltadas ao agronegócio, para a mineração e etc., como, por exemplo: condições naturais, baixa densidade demográfica e uma eminente necessidade de se desenvolver. Estes são argumentos que compõem as justificativas, tanto estatais quanto empresariais, ao tratarem sobre estes projetos de desenvolvimento no Estado do Maranhão.

Com a interpretação possível a respeito do pensamento de FERREIRA (2013), no qual elabora “uma interpretação geográfica do Maranhão contemporâneo”, na perspectiva de uma reestruturação espacial mediada pelo Estado por meio de políticas territoriais em escala regional-nacional ou seja, um território em rede interconectado com fluxo de capitais globais. Para o referido autor, o ordenamento territorial e a seletividade do uso do espaço maranhense resulta da apropriação desigual pelo capital em conformação das potencialidades mapeadas em cada porção do estado (FERREIRA, 2013).

Desta maneira, a entrada do Maranhão na arena de disputas para servir como espaço de reprodução do capital por forças hegemônicas, reinseriu o estado na rota dos grandes projetos de desenvolvimento em escala global, com profundas implicações locais. Na continuação desse quadro de formas de dominação e controle da natureza e dos territórios podem ser produzidas de maneira hegemônica pelo Estado e por megaprojetos de desenvolvimento tocados por empresas – locais, nacionais e internacionais – continua a assegurar a expansão do modelo capitalista global (COSTA; *et.al.*2016).

A estreita relação entre agentes governamentais e o setor empresarial têm imposto aos povos indígenas e a camponeses formas únicas de organização e, portanto, consideradas legítimas de reconhecimento de suas identidades coletivas e consequente acesso aos direitos historicamente conquistados – como a autonomia sobre os seus territórios – efetivada através das mais diversas formas de associativismo.

Em oposição a essa estrutura formal estabelecida, indígenas e seguimentos camponeses têm buscado articulações para lutar na tentativa de assegurar o território e o direito ao *Bem Viver*⁹, compreendendo que o território não é apenas fator de sobrevivência

⁹ “O Bem Viver – enquanto filosofia de vida – é um projeto libertador e tolerante, sem preconceito nem dogmas. Um projeto que ao ver somadas inúmeras histórias de luta, resistência e propostas de mudança, e ao nutrir-se de

para o corpo, mas também do espírito. O *Bem Viver*, enquanto categoria, emana da realidade concreta de povos andinos e posteriormente ganha um caráter de discussão acadêmica. Portanto, é uma categoria em processo de construção, podendo representar uma alternativa de enfrentamento às formas de exploração e opressão inerentes ao modelo capitalista de produção.

Sobre *Bem Viver* e a complexa missão que é construir teoricamente esse conceito, recorremos a ACOSTA (2016, p. 39):

O Bem Viver, que surge de visões utópicas, está presente de diversas maneiras na realidade do ainda vigente sistema capitalista – e se nutre da imperiosa necessidade de impulsionar uma vida harmônica entre os seres humanos e deles com a Natureza: uma vida centrada na autossuficiência e na autogestão dos seres humanos vivendo em comunidade.

No que se refere ao campesinato maranhense, este se expressa de forma bastante heterogênea, marcado pela presença de uma diversidade de segmentos camponeses e identidades coletivas tradicionais, tais quais, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, sertanejos e outros. Tal diversidade de segmentos é uma forte marca característica do campo no Maranhão. Importante lembrar que cada segmento social acima destacado possui modos de vida próprios, modos de produção e de reprodução, modos de viver e apreender o espaço, que diferem sobremaneira do modelo homogeneizador hegemônico proposto pelo capital e pelas políticas públicas de Estado.

Nessa conjuntura, de agudo avanço do capitalismo e políticas neoliberais¹⁰ sobre territórios diversos a fim de garantir a acumulação de capital, GOHN (2011) observa a eclosão na América latina de movimentos/articulações que se fundamentam no ideal do bem viver enquanto filosofia de vida, tal qual os povos andinos bolivianos e equatorianos¹¹. Não obstante, podemos pensar como os grupos camponeses têm buscado se organizar e a partir desta organização produzir autonomia(s) para enfrentar processo semelhante no Maranhão.

O processo de pesquisa revelou questões pertinentes a movimentos sociais e lutas sociais que em alguma medida conduziram a processos autonômicos, destacando a escala

experiências existentes em muitas partes do planeta, coloca-se como ponto de partida para construir democraticamente sociedades democráticas (ACOSTA, p.29, 2016)”.

¹⁰Sobre neoliberalismo Cf. HARVEY, DAVID. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5 ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2008.

¹¹ Harnecker (2018, p.31), No Equador, no início dos anos 1990, o país se transforma num barril de pólvora, há muitas ocupações de terras, basicamente contra o tema do latifúndio e reivindicando a reforma agrária. Em 1990, o movimento indígena irrompe no cenário político com a tomada da igreja de Santo Domingo [...]. O movimento indígena levanta bandeira de interesse nacional como a luta pela nacionalização do petróleo e, em geral contra as privatizações (água, saneamento e a coleta de lixo). Já na Bolívia, HARNECKER (2018, p. 37) demonstra que num contexto de uma série de privatizações das empresas públicas (linhas aéreas, serviços de trens, fornecimento de energia elétrica), Cochabamba, a terceira cidade em importância do país, se levanta contra as privatizações. Cf. HARNECKER, MARTA. **Um mundo a construir: novos caminhos**. 1.Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2018.

local – Maranhão –, as lutas travadas em escala local, em alguma medida estão interligadas à luta e mobilizações promovidas em outras escalas – Brasil e América Latina.

O surgimento da *Teia* tem representado uma realização concreta da possibilidade de analisar o campo maranhense à luz dos movimentos sociais e suas ações em contraponto aos megaprojetos. Uma análise, que embora pareça nova, se confronta com elementos já estudados há bastante tempo como: a concentração fundiária, o forte ranço colonial ainda presentes nas relações de trabalho, sem falar da intrínseca relação entre o judiciário a economia e a política maranhense dão legitimidade e sustentam essa estrutura esquizofrênica.

Os sujeitos que compõem a Teia são os protagonistas da sua própria história, não como vítimas indefesas que tombaram no enfrentamento contra o latifúndio, mas como homens e mulheres livres que não aceitam mais o julgo da expropriação e preferem “morrer na luta do que ser escravizado¹²”.

Todos os grupos que compõem a Teia buscam construir e em alguns casos fortalecer sua autonomia, se articulando a ponto de criar condições para o controle territorial dos seus espaços, sem a interferência externa. Assim como a própria Teia precisa desses grupos para se legitimar, para ser reconhecida como uma estrutura capaz de promover a esses grupos vazão para suas demandas, seus problemas, suas lutas e enfrentamentos para questões que são imediatas em muitos casos.

Em razão da retirada acentuada de direitos conquistados historicamente, as resistências (mobilizações políticas e insurreições populares) por vezes, partem em resposta a demandas locais, como as próprias dos camponeses e indígenas. Cabe frisar, a escala vertiginosa na violência no campo, sobretudo nos dois últimos anos (2020 e 2021) os cadernos de conflitos da Comissão Pastoral da Terra registraram 13 mortes em decorrência de conflitos por terra no estado do Maranhão apenas em dois anos (Ver mapa no anexo 05). A violência nem sempre se configura de fato, com agressão física ou assassinato, mas os casos de ameaças à lideranças camponesas, indígenas e defensores dos direitos humanos em geral são inumeráveis, por vezes nem chegam a ser registrados.

As insurreições, nesse caso, são a expressão particular das lutas de classe e se apresentam sob formas concretas e diretas ou expressas como podem (resistências cotidianas com formas, geralmente, não visíveis). As insurreições podem ser representação do resultado de um longo processo de contradições, que em momentos limites, ganham forma, e ainda

¹² Frase bastante repetida pelos sujeitos que compõem a Teia nos momentos de encontro. Contudo, é difícil precisar o momento exato foi usada pela primeira vez.

podem ser a expressão de uma situação revolucionária, contudo, nem toda situação revolucionária conduz de fato a um processo revolucionário, este momento apenas pode levar a um reordenamento das estruturas de poder.

Nesse sentido, os movimentos sociais além das práticas de resistências cotidianas avançam para um questionamento do poder estabelecido. À medida que o processo de luta avança gradualmente os indígenas e seguimentos camponeses passam de uma atitude necessariamente de resistência ao neoliberalismo e lutas pontuais, avançando na compreensão da necessidade de construção de instrumentos e mecanismos próprios de política.

MILTON SANTOS (2012) ressalta a importância da componente territorial como elemento fundamental para realização plena dos indivíduos e da vida social. Como resposta aos constrangimentos que afetam territórios e modos de vida de camponeses e indígenas, estes criam mecanismos de resistências. Desta forma, recorreremos a casos concretos que compreendemos representarem importantes figurações que retratam o tema abordado. Em maior ou menor grau realiza-se uma aproximação a casos figurativos no Maranhão, como: a Teia de Povos e Comunidades Tradicionais. Numa perspectiva mais ampla, pensa-se a Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais como articulação, espaço social que aglutina diferentes movimentos que representam minorias relegadas à subalternidade historicamente e às mais diversas organizações de apoio.

Partimos dessas matrizes de conhecimento para compreender os processos de exploração do território e as profundas transformações na configuração espacial pelo qual passa o Maranhão. A expulsão de comunidades camponesas e povos indígenas de suas terras antes de uso comum e as tornando espaços de acesso restrito e uso privado, com vista a promover acumulação do capital, têm produzido concomitantemente uma série de forças reativas de resistência, que buscam através de diversas estratégias de enfrentamento garantir a permanência nos territórios.

Ao falarmos sobre resistências recorreremos ao que nos diz AMÍLCAR CABRAL (2014), sobre diferentes formas de resistência das quais se destaca a resistência política, econômica, cultural e armada (desenvolveremos mais este ponto em outro capítulo).

Tomando como casos empíricos para suas análises, o autor lança mão de suas experiências em Cabo Verde e Guiné sua terra natal. CABRAL (2014, p.153) ratifica acerca do tema, dizendo que: “A luta dum povo, a resistência dum povo, tem várias formas, há muito tempo que começou a nossa resistência”. Nota-se que o processo de exploração dos homens

por outros homens, bem como da própria natureza, pelos quais passaram Cabo Verde e Guiné, força/forçou a necessidade de resistir à dominação moderno-colonial.

Em paralelismo com o nosso objeto principal, a organização camponesa e a produção de autonomia no âmbito da Teia, nota-se, também, uma forte presença do discurso de descolonização da mente e do espírito, mas, também, vemos que estratégias de resistência são traçadas a fim de impedir o avanço do capital financeiro estrangeiro sobre os territórios de comunidades materializados em forma dos megaprojetos.

Assim, reafirma-se a relevância destas ações de resistências dos movimentos sociais em virtude dos impactos causados pela expansão do capital, expressado na forma de megaprojetos, no território maranhense, notadamente em áreas de cerrado, em especial, para comunidades camponesas que nele vivem. Nesse cenário, as comunidades camponesas, indígenas e apoiadores sofrem fortes entraves para garantir a preservação da vida, vendo sua visão de mundo, práticas coletivas de produção e territórios sendo perdidos.

Os impactos resultantes da produção capitalista da natureza sobre seus ciclos bio-geofísicos naturais representa um risco à manutenção da vida no planeta. Os fenômenos relativos à produção capitalista não ocorrem de maneira igual no mundo, e também são vividos e percebidos de formas diferentes. Assim diz Marques (2019, p. 188), “Há muito interesse em jogo e há os que se beneficiam de maneiras dessa produção e seus impactos, aumentando a complexidade dessa problemática”.

Nos últimos anos um tema que se tornou recorrente em discussões acadêmicas e movimentos sociais do campo, devido as implicações geradas a partir de sua efetivação, diz respeito ao MATOPIBA¹³, que, em termos discursivos e programáticos, refere-se ao conjunto territorial formado por partes dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia onde se configurou áreas e produção de grãos. No âmbito da Teia esse debate sobre o MATOPIBA, aparece também com maior ênfase no III encontro em 2015. À época a problemática foi trazida para debate coletivo pelo geógrafo e então, agente da (CPT/MA), Saulo Barros da Costa ao apresentar resultados preliminares de sua tese de doutoramento a respeito da resistência camponesa frente ao agronegócio silvicultor, no Baixo Parnaíba Maranhense, região de predomínio do bioma cerrado (ver anexo 02 – mapa referente a evolução da produção de soja entre as décadas 1974-2020).

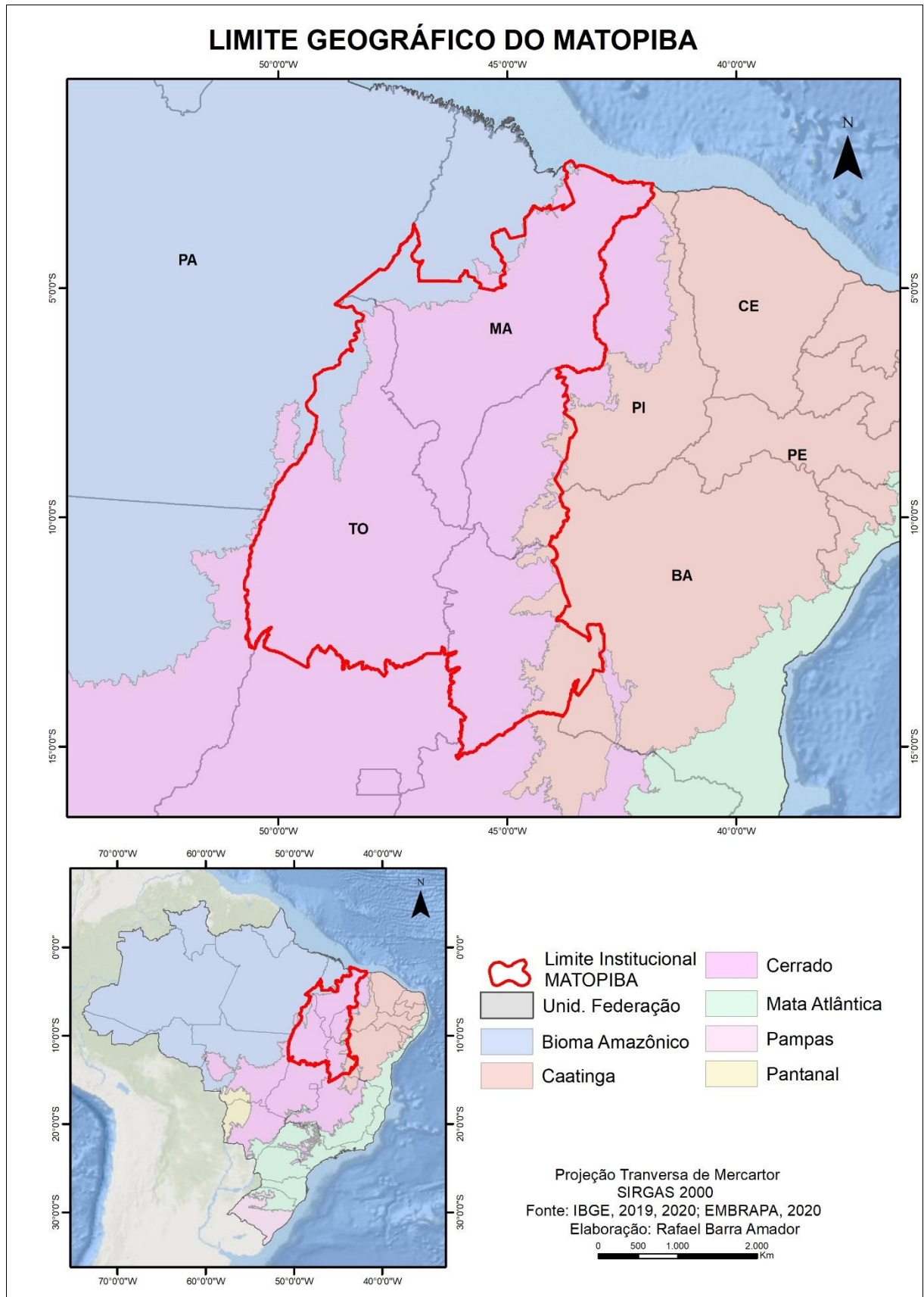
¹³ Cf. O decreto presidencial nº 8.447 de maio de 2015 que dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/decreto/d8447.htm> Acessado em: 08/2020.

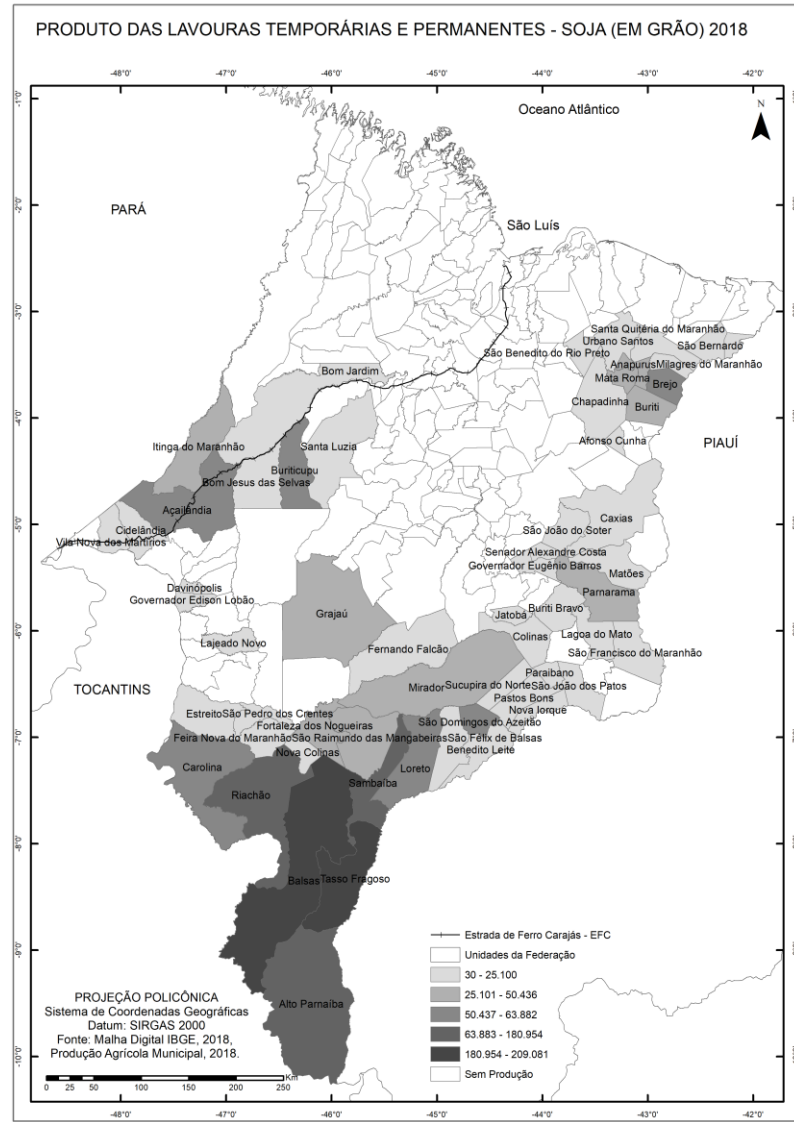
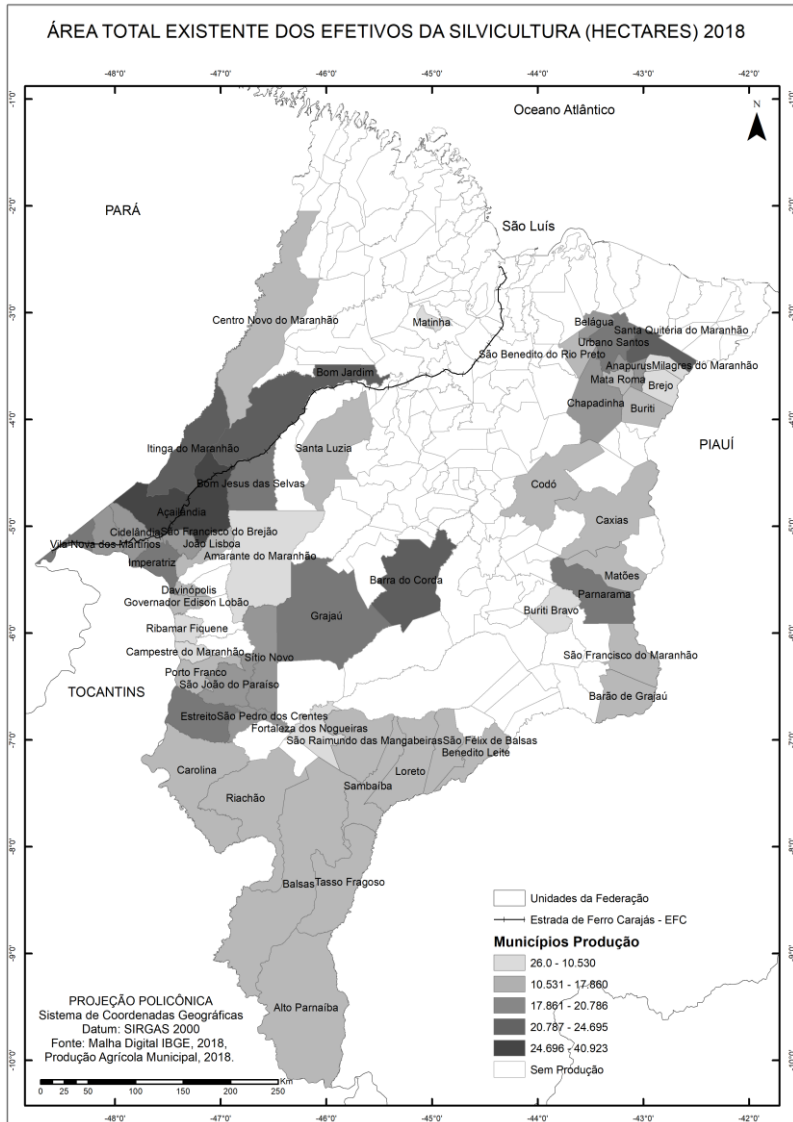
Nesse contexto, temos a ocupação das áreas do cerrado brasileiro, especificamente o maranhense, que ainda apresenta bastante cobertura vegetal nativa e enorme riqueza hídrica preservada. Ao longo da extensão de áreas que hoje são ocupadas pelo MATOPIBA, foram constituídas uma série de redes de fixos (latifúndios, indústrias, armazéns, portos) e de fluxos (informações, mercadorias, capitais), a efetivação destes empreendimentos representa a eliminação ou a drástica mudança em suas dinâmicas territoriais das comunidades camponesas e indígenas existentes nessa área. (PORTO-GONÇALVES, 2015; SILVA, 2007).

Ao encararmos o MATOPIBA como uma expressão do que entendemos como megaprojeto, nos amparamos no que dizem MARINHO & BATISTA (2021) em esboço crítico que discute os megaprojetos no Maranhão e em Cabo Verde. A partir desse autores depreendemos que megaprojetos são projetos de grande escala, projetos voltados ao “desenvolvimento” determinadas regiões do globo que mobilizam grandes estruturas (edificações, maquinário, logística, etc.), elementos causadores de conflitos sócio-territoriais, cuja base produtiva se estabelece sobre o controle capitalista dos territórios.

Após passar quase cinco anos desde o primeiro contato que tivemos com a discussão, a respeito da autonomia territorial reivindicada pelos mais diversos seguimentos camponeses e indígenas no Maranhão, percebemos que ainda nos faltam instrumentais teórico-metodológicos e práticos para clarear a compreensão sobre um tema complexo como este. Possivelmente esse processo de maturação é interminável, e não se finda ao término da dissertação. Afinal, muitas são as chaves de interpretação possíveis para o tema, bem como, os exemplos que expressem às mais diversas formas de autonomia.

MAPA 01: Área de abrangência do megaprojeto do MATOPIBA





MAPAS 02 e 03: Produção de Eucalipto e Soja por hectare plantado – (2018)

Ao analisar os mapas 02 e 03 gerados a partir da coletânea de dados disponibilizados pelo instituto brasileiro de geografia e estatística (2018), nota-se o constante acréscimo da produção agrícola na região sul do estado (fronteira agrícola já consolidada) e o visível aumento da produção em direção ao leste do estado. A produção de *commodities* agrícolas, sobretudo nos municípios do leste maranhense, coincidem com a zona de influência do MATOPIBA.

3. CONTROLE TERRITORIAL E A AUTONOMIA DOS TERRITÓRIOS

O presente capítulo tem por objetivo demonstrar as distintas formas de controle exercidas sobre os territórios tomando o Estado do Maranhão como elemento de interpretação. Sendo assim, colocamos dois instrumentos em evidência: o controle do Estado a partir da produção de um documento de planejamento e a experiência concreta de povos e comunidades tradicionais.

Dessa forma, apresentamos situações concretas, nas quais povos e comunidades têm lançado mão de estratégias de luta para efetivar sua manutenção e controle territorial. Na esteira do controle territorial, o Estado, também elabora suas próprias estratégias de gestão e controle. Com isso, a elaboração de ferramentas como Zoneamento Ecológico e Econômico são formas de compreender o processo de efetivação de políticas públicas direcionadas ao “desenvolvimento” territorial, servindo, também, para dar a garantia jurídica necessária à implantação de megaempreendimentos econômicos nos territórios.

Dentre os importantes geógrafos que teorizaram sobre o território, destaca-se a contribuição de Claude Raffestin (1993), cuja obra de referência intitula-se *Por uma Geografia do poder*. Para este autor o território se forma a partir do espaço, sendo o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, seja concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. Ainda segundo a perspectiva de Raffestin (1993), o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (concretas e abstratas).

Marcelo Lopes de Souza (2013), em seu livro *Conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*, apresenta o conceito de território como instrumento de exercício de poder, portanto definido e delimitado a partir de relações de poder. Em aproximação da ideia do megaprojetos podemos pensar que todo projeto que se territorializa de modo hegemônico sobre um território, desterritorializa um outro projeto não hegemônico.

Dentre muitos geógrafos que se debruçaram a teorizar sobre o conceito de território, cabe destacar a contribuição de Milton Santos, (2006), (2007) cujas obras referenciadas intitulam-se *O Brasil – Território e sociedade no início do século XXI e Território, territórios*. Para o autor território é o lugar onde se realizam todas as formas de manifestação social dos homens em suas múltiplas dimensões, sejam materiais quanto simbólicas que metamorfoseiam ao longo do tempo.

Para Santos, (2007) o território usado é o chão mais a identidade, trazendo à luz a ideia entendida como territorialidade, quais sejam, marcas, impressões subscrita no território, o autor ainda completa dizendo, o território, [...] lugar de trocas materiais e exercício da vida.

A contradição deste processo se estabelece e torna-se mais evidente, quando o Estado assume de maneira escancarada o papel de mediador nas relações com as empresas e empreendimentos capitalistas, cumprindo suas demandas e interesses. A mediação exercida pelo Estado impacta negativamente no real concreto da vida indivíduos que vivem secularmente nos territórios. O setor privado tem no Estado seu principal financiador e assegurador de sua existência como modelo hegemônico de produção, para tanto, conta com o alicerce das políticas públicas voltadas para gestão e desenvolvimento territorial para se tornar efetivo. Esse *modus operandi*, representou nos últimos tempos através da elevação de investimento financeiros e estruturais do capital no campo, reforçando a lógica da propriedade privada e concentração de terras no Brasil.

No que diz respeito à realidade do estado do Maranhão, o controle e gestão do território é efetivado, também, a partir de um conjunto de normativas e projetos que não estão desvinculados da lógica de controle territorial em nível nacional. Dentre estes elementos destacamos o Programa Maranhão Verde – “Pró-Campos”, programa de

capacitação que “leva para comunidades camponesas uma alternativa de desenvolvimento, com interface entre sustentabilidade e empreendedorismo”; as profundas alterações na Lei de Terras estatual, que pouco privilegiam as comunidades e o Povos tradicionais, garantia jurídica fundamental para estabelecimento de megaempreendimentos; bem como, o ZEE-MA – (apresentado com maior ênfase em temário seguinte) instrumento técnico para efetivação de megaprojetos e controle de territórios.

Na contramão da concentração de terra e da propriedade privada pelo latifúndio, os povos e comunidades se organizam coletivamente para garantir a defesa e proteção da natureza e do uso comunal das terras. As formas de resistir e de se manter nos territórios são diversas e têm na organização coletiva e nas ações diretas suas estratégias de resistências mais efetivas. Sobre as formas de resistências que Povos e comunidades camponeses diversos no Maranhão têm adotado para defender assegurarem a permanência em seus territórios, destacamos as práticas de *ação direta*¹⁴ promovidas por estes grupos.

Quando as possibilidades de diálogo se esgotam em razão da desigualdade de poder entre as partes. Desta forma, chamamos atenção que a noção de ação direta apresentada aqui, tem como significado a ação como forma de resistir, e ela está relacionada a possibilidade/meio de melhorar as condições de vida de Povos indígenas grupos camponeses – quilombolas, quebradeiras, sertanejos, trabalhadores – que têm lutado pela possibilidade de construir um mundo novo e por uma verdadeira emancipação social.

Com a chegada de Jair Bolsonaro ao Palácio do Planalto, metaforicamente a “boiada” de medidas contrárias à proteção da natureza, especialmente para o bioma amazônico e cerrado se alargou ainda mais. Neste contexto, populações que vivem em equilíbrio com a natureza e dependem dela para sobreviver, passaram a sofrer mais ataques e o crescimento da violência contra os defensores dos direitos humanos e da natureza são marcas deste período. O conflito de interesses entre o agronegócio e as comunidades tem produzido turbações que ameaçam historicamente a manutenção do

¹⁴ Segundo Santana (p. 136, 2021), ação direta trata-se de conceito e prática que ao longo da história sofreu adaptações. Inicialmente o conceito aparecia bastante ligado ao movimento sindicalista especialmente o francês, quando relacionado a greves, boicotes e piquetes.

modo de vida destas populações bem como, acelerando, sem possibilidade de reparo a exaustão da natureza.

3.1. ZEE – FERRAMENTA DE/PARA CONTROLE DO TERRITÓRIO

O modelo de desenvolvimento que têm sido pensado e praticados pelas políticas governamentais ao longo do tempo em diversas áreas no Brasil, está baseado na superexploração da vida, da terra e do trabalho, e em momentos históricos de crise econômica, social e política tende a se acentuar. Desta forma, alguns mecanismos legais para efetivação do modelo de desenvolvimento são elaborados, entre eles, destacamos o projeto Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE.

O ZEE é uma ferramenta da política nacional voltada ao meio ambiente, regulamentado pelo Decreto nº 4.297/2002¹⁵. Utilizado por órgãos públicos para apoiar as decisões a respeito do planejamento e do desenvolvimento do território nacional. Os objetivos do projeto versam desde a construção de banco de dados de informação sobre diferentes aspectos do território nacional (ambientais e socioeconômicas), bem como, orientar as políticas públicas de desenvolvimento territorial. A execução do projeto ZEE, fica a cargo de estados e municípios (BRASIL, 2002; MARANHÃO, s/d).

Segundo informações extraídas do site oficial do Serviço Geológico do Brasil – CPRM, pode-se afirmar a respeito a respeito do ZEE's:

[...] projetos realizados em diversas escalas de trabalho e em frações do território nacional, municípios, estados da federação e órgãos federais têm executado ZEEs e avançado na conexão entre os produtos gerados e os instrumentos de políticas públicas, com o objetivo de efetivar ações de planejamento ambiental-territorial (BRASIL, 2002).

¹⁵A respeito do Decreto nº 4297/2002. Decreta: Art. 1º O Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, obedecerá aos critérios mínimos estabelecidos neste Decreto. Mais informações ver em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/decreto/2002/D4297.htm> Acesso em: 23/05/2021.

O projeto ZEE ganha bastante força em âmbito nacional, sobretudo a partir da aprovação do novo código florestal no ano de 2012¹⁶. A Lei 12.651/2012, que estabelecia que em um prazo de cinco anos todos os estados brasileiros deveriam elaborar seus respectivos ZEEs.

A execução técnica do projeto é diversa, contando em geral com a participação de instituições públicas das esferas federal, estadual e municipal. Segundo Batistella; Bolfe *et.al* (2013, 2014), apontam como objetivos do projeto ZEE em relatórios¹⁷ apresentados a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA:

- Subsidiar a elaboração de micropolíticas territoriais, orientando os tomadores de decisão na adoção de políticas convergentes com as diretrizes de planejamento estratégico do país;
- Apoiar a elaboração e espacialização de políticas, fornecendo aos agentes públicos e privados elementos (parâmetros e critérios) para uma avaliação integrada sobre a realidade e para a adoção de ações convergentes com as diretrizes de planejamento estratégico;
- Fomentar um novo padrão de ocupação territorial, compatível com a recuperação, manutenção e promoção dos serviços ecossistêmicos e com o uso racional dos recursos naturais;
- Disseminar geotecnologias e outras tecnologias voltadas para a gestão do território, possibilitando o acesso e o compartilhamento de dados necessários ao planejamento do uso e da ocupação do território.

¹⁶ A respeito da Lei que institui o código florestal nº 12651/2012. Dispõem: Art. 1º-A. Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. Mais informações ver em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651compilado.htm>. Acesso em: 24/05/2021.

¹⁷ Ver mais a respeito dos relatórios: BATISTELLA, Mateus, BOLFE, Édson Luis. **Relatório de Planejamento do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão**. Embrapa. Campinas, São Paulo. 2013.

BATISTELLA, Mateus, BOLFE, Édson Luis. *Et.al.* (Org.). **Relatório de Planejamento do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão** – Embrapa Monitoramento por Satélite. Embrapa Cocais, São Luís, MA. 2014.

Segundo o documento referente ao ZEE/MA do bioma amazônico define conceitualmente que vem a ser zoneamento ecológico e econômico. De acordo com MARANHÃO (2019, p. 06):

ZEE é definido como um conjunto de conhecimentos inter e transdisciplinares, indispensáveis ao planejamento e ao ordenamento dos territórios. É formado por documentos técnico-científicos de caráter oficial, ou seja, elaborado pelo Poder Público, voltado para a compreensão das particularidades territoriais, visando o planejamento e o ordenamento dos espaços e fatos geográficos.

Há algumas décadas, organizar o ordenamento territorial a partir da efetivação de zonas de interesse (zoneamento), se faz presente nas agendas de “urgências” da política nacional. Segundo Gutberlet (2002), o termo zoneamento já se faz presente nas discussões sobre planejamento e gestão do território desde a década de 1960, principalmente ligado a complexa situação fundiária do Brasil.

As informações e informações cartográficas produzidas com estes levantamentos sobre porções do território nacional têm ajudado a efetivar os interesses econômicos de elites políticas e econômicas locais e do capital transnacional no Brasil. Por meio destas informações ao longo do tempo tornou-se possível a efetivação de megaprojetos de desenvolvimento das mais diversas vertentes, como mineração, logísticas rodoviárias e portuárias e em especial expansão de diversas fronteiras agrícolas de monocultivos de *commodities* destinadas ao mercado externo (GUTBERLET, 2002).

A justificativa para o desenvolvimento do projeto ZEE surge da necessidade de criação de mecanismos regulatórios que assegurem a disponibilidades de recursos naturais diversos, para dar continuidade da reprodução ampliada do capital. Segundo Vasconcelos *et.al.* (2013), o uso de alguns desses recursos naturais já era capitalizado há tempos, como é o caso do carvão e do petróleo; contudo, outros começam a ser incluídos na valoração econômica devido a sua escassez mais recente por uso ou poluição, como é o caso da água potável.

No que diz respeito ao ZEE Maranhão, o projeto tem sido executado considerando diferenças bio-geofísicas dos dois biomas predominantes no território maranhense, com ênfase para o bioma Amazônico, primeira e já concluída etapa do projeto ZEE e do Cerrado, fase que se encontra em fase de elaboração. Desta forma, a elaboração das presentes etapas do projeto ZEE em escala de detalhe de 1:250.000, foi

incluído no plano de execuções do então governo estadual, visando desta maneira orientar a distribuição espacial e políticas públicas sociais e ambientais, bem como, subsidiar as tomadas de decisão dos investimentos privados no estado (MARANHÃO, 2019).

As transformações ocorridas no bioma cerrado provocadas em parte pelo desejo do mercado em ter mais áreas agricultáveis para ampliar a produção não são possíveis, sem que haja o consentimento das ações públicas. Estado e mercado – interno e externo – são variáveis definidoras das transformações sobre os territórios, de tal sorte, se constituem enquanto ferramentas analíticas capazes de colaborar para interpretação acerca das mudanças pelas quais vem sofrendo o cerrado brasileiro (PEREIRA, 2015).

O Cerrado brasileiro é alvo de políticas estatais que visam a implementação da noção de modernização do território desde o período da ditadura militar. Desde os anos 1970, o Estado brasileiro têm empregado esforços para transformar as áreas de cerrado consideradas pouco ocupadas em áreas de uso voltadas a produção com vista em abastecer o mercado (PEREIRA, 2015).

É possível notar a particular relação do Estado com o controle do território, essa ligação fica mais evidente com as políticas públicas e seus instrumentos. Deste modo, numa síntese possível a respeito do projeto ZEE, podemos aferir que ele se constitui como instrumento técnico científico que, juntamente com outros dispositivos legais, refere-se a um conjunto de leis e regras voltado ao controle territorial por parte do Estado, que faz a mediação de interesses e demandas de empresas capitalistas.

Com sua elaboração são estabelecidas ditas “modernas” formas de uso e ocupação do território que por vezes vão de encontro a formas já tradicionais de ocupar e usar o território e a natureza, afrontando a autonomia territorial de povos e populações. Embora o poder político sobre os territórios não seja uma exclusividade do Estado, existem outros grupos sociais no território, porém que possuem menor força nas relações de poder constituídas (FREITAS, 2014).

Acsegrad (2000), chama atenção para as motivações do projeto ZEE que está em curso no Brasil. O autor salienta que os processos metodológicos de elaboração de um ZEE tendem a promover a análise totalizante do território, onde a diversidade social está subordinada. Esta pretensão a totalidade não dialética, tendem a negar os conflitos no território e reduzi-lo à uma unidade voltada para mercado mundial.

Sua elaboração é feita pelo Estado na forma de suas diversas entidades, como universidades, secretarias de meio ambiente entre outras. Por seu intermédio são orientadas políticas públicas que em muito funcionam como atrativos para criação de megaprojetos ligados à logística, mineração e ao agronegócio e etc.

A questão ecológica e o discurso “verde” do desenvolvimento sustentável têm sido adotados por figuras de todos os espectros políticos. Desta forma também, corporações transnacionais embarcam com entusiasmo nesse movimento. Uma lista extensa de corporações transnacionais tem buscado reconstruir suas imagens públicas apresentando-se como empresas sustentáveis e ecologicamente responsáveis. A “louvável” preocupação com o meio ambiente por parte das corporações transnacionais é possivelmente uma frente para permitir que essas corporações busquem novas oportunidades de expansão capitalista e geração de ainda mais lucro.

Dessa forma, entendemos o ZEE a partir de duas óticas interligadas. Sendo a primeira representada pelo discurso de uma *economia verde* diretamente ligada ao pensamento do desenvolvimento sustentável que se apresenta no bojo da ideia de modernização do território. A segunda, por sua vez, relacionada ao controle territorial subsidiando a criação de áreas de relevante interesse a instalação de empreendimentos.

3.2. SOBRE AUTONOMIA

Nesta subseção, busca-se uma conexão das realidades vividas com uma construção teórica preliminar acerca da noção de autonomia. Desta maneira, partimos de experiências concretas de autonomia territorial construídas por coletivos sociais, como povos indígenas e camponeses. Destacamos que essa construção teórica é feita a partir da realidade maranhense, mas salientamos processos semelhantes que ocorrem/ocorreram em outros espaços, fora do espaço agrário maranhense, mas que compreendemos haver estreita conexão entre eles (desde o local até o global).

Nesta incursão teórica, encontramos experiências assemelhadas no estado da Bahia e em outros países da América Latina¹⁸. Tenta-se, aqui, apenas construir um breve estado da arte que colabore para futuras preposições. Falar sobre autonomia territorial num contexto histórico contemporâneo é chamar atenção pra processo de luta de povos indígenas por autodemarcação, autonomia territorial e para camponeses por território livre.

Entendemos que, tais exemplos ajudam a revelar a dura face da expansão do capitalismo sobre as áreas consideradas periféricas do mundo, que passam a assumir papel estratégico para esse processo e expansão.

Amparado na fala de Milton Santos, no livro *Por uma outra globalização* (2000), o momento histórico atual nos põe diante também da face perversa da globalização, deixando exposta as desigualdades produzidas pelo capitalismo. De tal sorte, a expansão do capitalismo não ocorre de forma ideal, sem que haja resistência de grupos sociais diversos, de maneira a preservar a natureza, seus modos de organização e vida próprios.

Recentemente, no ano de 2019, países vizinhos, Chile e Equador, passaram por processos de intensa irrupção de insurgências populares contra o capital e o Estado.

¹⁸ Para mais informações a respeito de experiências autonômicas desde América Latina Cf. **La autonomía a debate:** autogobierno indígena y Estado plurinacional en América Latina/ coordinado por Miguel González, Araceli Burguete Cal y Mayor y Pablo Ortiz-T. Quito: FLACSO, Sede Ecuador : Cooperación Técnica Alemana - GTZ : Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas – IWGIA: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social - CIESAS : Universidad Intercultural de Chiapas - UNICH, 2010.

Estes países e outros da região, passavam/passam por um período de transição política, marcado pelo “fim de ciclos progressistas”, que mascararam os efeitos do neoliberalismo por algum tempo, e colaboraram para o aprofundamento brutal da exploração do trabalho e da natureza na região (TERRA SEM AMOS, 2020).

Em texto produzido pela Editora Terra sem Amos (2020), afirmam que:

“importantes processos de luta dos povos da América Latina têm buscado *caminhar no sentido da autonomia popular*, mesmo que isso signifique confrontar governos “progressistas” ou conservadores. Buscam construção de laços de solidariedade de classe, driblando e sobrevivendo ao que os ideólogos da dominação chamam de “modernidade” e “progresso”. *Buscam a preservação, construção e luta pelos comuns*”.

A noção de autonomia é parte fundamental do escopo desta pesquisa. É um debate em constante atualização em virtude de condições históricas, que servem também para inspirar novos trabalhos. Desta forma, iniciaremos este temário sublinhando a respeito da recente apropriação/aproximação que tem sido realizada da noção de *autonomia* e como ela tem ganhado força no debate crítico latino-americano. Quase sempre inicialmente inspirada pela experiência prática promovida pelas comunidades Zapatistas no México, bem como, outras experiências.

ESTEVA (1998; 2002), ZIBÉCHI (2007; 2015), ORTIZ (2010), BLANCHET (2015, 2018) e FERREIRA & FELÍCIO (2020) assim como outros autores, têm se debruçado sobre o debate da autonomia, percebendo nesta noção um potencial estratégico para conduzir lutas populares contra hegemônicas e lutas anti-sistêmicas. A dimensão espacial/territorial é uma marca destas lutas, pois é quando territorializadas torna-se possível visualizar com maior nitidez a concretude das lutas sociais e as tensões que as provocam.

Os dilemas e desafios dos povos para efetivar sua autonomia territorial na América Latina é um problema histórico enfrentado por Povos originários e camponeses. ORTIZ E CHIRIF (2010), contribuem com a discussão sobre lutas por autonomia em um contexto globalizado em boa medida ao expor questionamentos referentes a como se expressa o direito coletivo sobre o território e a gestão de recursos naturais por povos originários e o direito ao exercício à autonomia. Para isso, os autores tecem críticas a herança colonial; apresentam experiências autonômicas em países

como: Bolívia, Equador, Panamá, Colômbia e Nicarágua e processos de gestão e uso da natureza existentes nestes territórios.

A história de resistência de Povos e comunidades se manifesta de múltiplas maneiras, especialmente na vida cotidiana em defesa de seus territórios e em rebeliões de quando em quando. Assim ARACELI BURGUETE CAL Y MAYOR (2010), em seu texto sobre a autonomia como um paradigma nas lutas sociais pró-descolonização e libertação na América Latina. O autor chama atenção a respeito da autonomia enquanto processo, algo que não é conquistado de um dia para o outro, haja vista que os processos autonômicos apresentam contradições, bem como avanços e retrocessos.

MAYOR (2010), aponta que ao longo das quatro últimas décadas até hoje a abordagem teórico-política sobre autonomia foi modificada se adequando às novas realidades. Para MAYOR (2010, p. 65,)19, autonomia como processo; é como lutas na gramática autônoma, de povos e organizações que lançam estratégias para conquistar maiores espaços de liberdade, controle de territórios, controle cultural e autogoverno, entre outras

GONZÁLEZ (2010), traz um aspecto contraditório das autonomias conquistadas por povos e comunidades num contexto de América Latina. GONZÁLEZ (2010), aponta a autonomia como modalidade empregada pelo Estado para trazer legitimidade política para crises sociais como resposta à demandas de autodemarcação de Povos e comunidades. Segundo GONZÁLEZ (2010), um dilema está colocado para construir as autonomias pelas vias do Estado, do ponto vista político renova-se a legitimidade do Estado como único capaz de melhorar a condição de vida dos povos e comunidades e também de mediar conflitos, promovendo inclusão multicultural e democrática. Outro aspecto contraditório, a aparentemente mais preocupante, diz respeito a perda do empoderamento e limitar os processos insurgentes dos sujeitos de direito.

A tese proposta por GONZÁLEZ (2010), nos ajuda a pensar a respeito da realidade brasileira para que os povos e comunidades possam ter autonomia sobre seus territórios. No Brasil e é claro no Maranhão a “autonomia” *desde o Estado* se realiza a partir da

¹⁹ Citação original em espanhol *autonomía como proceso*; MAYOR (2010, p. 65,) *esto es como luchas en gramática autonómica, de pueblos y organizaciones que despliegan estrategias para ganar mayores espacios de libertad, de control de territorios, de control cultural y de autogobierno, entre otros.*

criação de Terras Indígenas; Áreas de Proteção Ambiental; Terras Quilombolas quando convém ao Estado criar tais mecanismos. Essa forma de ação do Estado, arrefece a atuação dos povos e comunidades e cria uma falsa ideia que as conquistas só podem ser realizadas por vias do Estado.

DOROUGH (2021), em seu ensaio acerca do direito à livre determinação de povos indígenas, aponta a dificuldade ou má vontade dos Estados nação em aceitar a autonomia e o autogoverno de povos e comunidades e o direito à livre determinação dos mesmos. DOROUGH (2021), Os esforços para exercer autonomia e autogoverno como expressão central da vida destes grupos sociais têm encontrado muitos obstáculos, ainda que hajam, processos avançados de exercício de autonomia e autogoverno em países como: Bolívia, Colômbia, Nicarágua, México y Peru. Sobre a necessidade de garantir a autonomia dos povos DOROUGH (2021, p. 52)²⁰ nos diz, “O direito à autonomia e ao autogoverno está no cerne da sobrevivência dos povos indígenas.”

Por toda Latino América é possível observar movimentos sociais de base popular – no campo e na cidade – e que apresentam uma característica comum percebida em suas pautas de reivindicação, a busca por autonomia, conforme ZIBÉCHI (p. 23, 2007), “Buscam autonomia, tanto de estados quanto de partidos políticos, a partir da capacidade crescente dos movimentos de garantir a subsistência de seus seguidores 21”.

As profundas mudanças sistêmicas ocorridas na América Latina nos anos 1960 e 1970 com os governos militares e, posteriormente, em décadas mais recentes, a ascensão de governos progressistas, buscavam, ao seu modo, suprimir as ações revolucionárias. O freio sobre as insurreições populares, em parte, justifica-se pelo reajuste no modo de acumulação de capital, além da produção de itens em massa, passa à especulação extrativa, que necessita de menos mão de obra humana, apenas de máquinas e de infraestrutura adequada. Mineração, monocultura, grandes obras de infraestrutura são exemplos de especulação extrativa, em torno da qual o capital passa operar (ZIBECHI, 2021).

²⁰ Citação original em espanhol Cf. DOROUGH (2021, p. 52) nos diz, “El derecho a la autonomía y al autogobierno está en el centro de la supervivencia de los pueblos indígenas”.

²¹ Cf. ZIBÉCHI (p. 23, 2007), “buscan la autonomía, tanto de los Estados como de los partidos políticos, fundada sobre la creciente capacidad de los movimientos para asegurar la subsistencia de sus seguidores”.

Sobre como as comunidades, mesmo a contragosto do Estado, apontam ZIBECHI; WAHREN (2021, p. 45), [...] “têm de fato construído sua autonomia nos territórios insurgentes onde estão localizados sem a necessidade de qualquer aprovação governamental.” Apontam para as formas de autonomia que os povos desde abayo estão construídos a contrapelo de todos. ZIBECHI; WAHREN (p. 45, 2021) [...] a decisão política de construir com os baixo, de forma autônoma, nossa saúde e educação, nossos espaços de vida e nossa justiça, com base em nossos próprios poderes que criamos por fora do Estado.

Segundo ZIBECHI & WAHREN (p. 45, 2021), [...] os povos da América Latina continuam a construir seus outros mundos, muito lentamente, contra a maré, na escuridão da vida cotidiana, longe, bem longe das campanhas que desperdiçam recursos e discurso. ZIBECHI & WAHREN (p. 45, 2021), Embora saibamos que estas mudanças não vêm de cima e que as mudanças reais são aquelas que construímos desde abaixo e por baixo [...].

Pensamos autonomia a partir do que buscamos compreender enquanto processos de *autonomia territorial*²². Representa um reordenamento político dos espaços, livres das determinações do Estado, em que seja possível praticar o exercício concreto de suas autodeterminações. Recorremos a ALKMIN (2015) que desenvolve sua compreensão sobre autonomia a partir de sua experiência de pesquisa realizada nos territórios autônomos organizados pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN)²³. Os argumentos deste geógrafo têm nos orientado na construção do trabalho, sobretudo, no que tange a preliminar discussão sobre autonomia, pois, a partir de suas leituras, é que vislumbramos uma relação entre lutas autonômicas e a sua dimensão territorial e as *práticas de resistências* que conduziram a processos autonômicos em algum nível de diferentes grupos sociais em distintos espaços.

²² Sobre *autonomia territorial*, Cf. ALKMIN, Fábio Márcio. **Por Uma Geografia da Autonomia**: a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015).

²³ É fundamental considerar, o peso epistemológico que as ações concretas e práticas de lutas do EZLN têm colaborado na construção e desenvolvimento do conceito de autonomia e resistências no bojo das lutas anticapitalista, em especial na América Latina. Cf. BASCHET, Jérôme. **Rebeldía, Resistencia y Autonomía** – La Experiencia Zapatista. Colección Rebeldías. Primera Edición. México, 2018.

Neste temário, muito temos falado a respeito da noção de autonomia, dessa forma, recorreremos aos escritos de FERREIRA & FELÍCIO (2020), ao sistematizarem em forma de livro suas experiências e vivências frente a Teia dos Povos da Bahia. De tal sorte, as concepções de autonomia apresentadas por eles demonstram fortes similaridades, que vão para além do próprio nome, com objeto de estudo no presente trabalho.

FERREIRA & FELÍCIO (2020) mesmo nos momentos mais progressistas da história recente do Brasil a relação construída entre movimentos, territórios e Estado não foi saudável, sobretudo, sendo mediada por um partido político. Então quando falamos sobre autonomia FERREIRA & FELÍCIO (2020, p. 50) nos alertam que: “estamos dizendo que é preciso diminuir nossas demandas ao Estado, aos políticos e às classes dominantes”.

Afirmar isso, não quer dizer que se deva afastar completamente das possibilidades de diálogo com as “esferas progressistas do Estado”. Segundo FERREIRA & FELÍCIO (2020, p. 50) “A luta real, a vida real, demanda que nós conversemos com o estado e com os políticos, mas sempre lembrando que esse diálogo é com luta e enfrentamento frente ao Estado”. Quanto menos precisarmos do Estado, mais autonomia para gerir nossas vidas e nossos territórios haverá.

A autonomia se realiza em sua *práxis* a partir do momento que algumas “soberanias” estão asseguradas dentro do território vivido, tais como: Soberania hídrica; alimentar; trabalho e renda; educação; energética e autodefesa. Para reforçar essa tese FERREIRA & FELÍCIO (2020, p. 51) nos dizem:

Quando falamos em territórios autônomos, não estamos falando que aquele espaço produz 100% dos bens necessários para manter a vida ali. Ainda que experiências assim existam, em um mundo cada dia mais dinâmico e conectado, **entendemos que autonomia é ter as condições de acessar bens provenientes do trabalho realizado em outros territórios, mas a partir de uma rede de atuação conjunta.** Para consolidar essa autonomia, muitas soberanias serão necessárias. Mesmo que não tenhamos por completo, ou seja, ainda que dependamos aqui e acolá do Estado e do mercado, precisamos ir avançando e conquistando essas soberanias por meio de nosso trabalho coletivo. Há um último aspecto que nos interessa sobre autonomia que é o orgulho de ser dono de sua própria trajetória de vida. (Grifo Nosso)

O Estado historicamente tem imposto um modelo de organização (associativismo, por exemplo) aos Povos comunidades para que eles mesmos possam exercer o direito reivindicação, sobrepondo formas de organização próprias, deixando invisíveis identidades coletivas. Tangenciando por fora dos mecanismos do Estado, temos as práticas sociais e espaciais insurgentes protagonizadas pelos Povos e Comunidades articulados nas Teias que estão ao seu modo produzindo lutas “para além do Estado”, conforme também nos ajuda a pensar SOUZA, (2017, P.368), quando este diz que é necessário lutar “*contra o Estado*” e “*com o Estado*”²⁴ e em favor das formas de organização próprias. Já, em texto anterior, SOUZA (2010), apontava para a diferenciação na forma de fazer a luta: “a luta contra o Estado; pelo Estado e a luta para além do Estado”.

Segundo CAPASSO, (2021); SOUZA, (2010, 2017), os movimentos sociais, organizações, povos e comunidades que reivindicam em suas agendas autonomia, precisam lidar com três desafios em níveis distintos: se opor às injustiças protagonizadas pelo Estado e pelas desigualdades impostas pelo capitalismo, disputar o Estado e, por fim, construir autonomias nos territórios para além do Estado.

Para nos ajudar entender essa diferenciação recorreremos a CAPASSO (p. 41, 2021):

A luta contra o Estado – que fere direitos e gerencia violações (genocídio da população negra na construção de grandes projetos de infraestrutura, no incentivo a atividades de grande impacto, criação de leis que tiram direitos ou na suspensão de legislações que os garantiam, entre outros) – se manifesta tanto na defesa do território quanto na de lideranças criminalizadas e perseguidas, ou simplesmente das vítimas de toda forma de preconceito. A luta pelo Estado acontece quando comunidades, coletivos ou organizações reivindicam acesso a direitos sociais por dentro das estruturas de poder na política institucional ou nos espaços que garantam direitos. **E a luta para além do Estado é aquela centrada em elementos e processos autônomos e autogestionados da organização comunitária e em rede.** (Grifo nosso)

Dizer ter autonomia é também, compreender que o Estado é violento, racista, patriarcal e burguês. Qualquer processo que busque incluir os mais pobres e excluídos historicamente não será capaz de transformar o fundamento e funcionamento do Estado. Segundo FERREIRA & FELÍCIO (2020, P. 52): “Essa falsa inclusão também afasta uma parcela do povo de uma reflexão verdadeiramente crítica e rebelde”.

²⁴ Para mais informações ver **Por uma Geografia Libertária**. 1. Ed. p.38. Rio de Janeiro. Editora Consequência, 2017.

No que diz respeito a ideia de *território* tomamos os pensamentos de SANTOS & SILVEIRA (2006), que realizam esforço de compreensão a respeito das múltiplas formas de como o território é usado – *território usado*²⁵. A ideia sobre território, aqui reivindicada, busca entendê-lo enquanto meio de produção e reprodução da vida material (com maior intensidade), mas, também, pode ser entendido como espaço do simbólico, mas, sobretudo, espaço da ação política. A autonomia na busca por condições materiais de vida está materializada nas formas de luta por território, o que torna legítimo as ações dos povos indígenas e grupos camponeses.

A luta pela democratização da terra promovida por Povos e comunidades difere substancialmente da reforma agrária promovida por Estados. O debate a respeito da democratização do acesso à terra necessita ser feito, mantendo o distanciamento da noção de terra-mercadoria. Diante disto, passa-se a lutar não apenas para assegurar uma parcela/lote de terra, mas constrói-se uma concepção de uma luta mais ampla, visando a construção de um território. Desta forma é fundamental que o próprio povo conquiste sua terra, pois a partir das vivências do cotidiano da luta que nascem as condições materiais e simbólicas para construção do território.

Sobre a concepção teórica e prática a respeito de território recorremos a FERREIRA & FELÍCIO (2020, p. 43) que nos dizem:

Quando pensamos território, não estamos falando de um quadrado ou de uma demarcação com determinado aspecto. Estamos falando de um lugar cheio de símbolos de pertencimento alicerçados na abundância da vida. É o que chamamos de *para além da cerca*. Então, não basta que alguém conceda terra como hoje fazem mediante a distribuição de títulos individuais, que depois serão comprados pelo agronegócio, para depois converter em máquina de destruição de vidas. O que queremos são territórios, lugares com vida, com comunidade, onde rios, matas, animais, poços, nascentes tudo possa ser respeitado e cuidado.

Como objetivo ainda deste trabalho, orientar a análise crítica de experiências históricas e contemporâneas considerando o avanço do capital sobre os territórios metamorfoseados por megaprojetos e a perspectiva dos movimentos de resistência,

²⁵ Sobre *território usado*, assim falam SANTOS & SILVEIRA (2006, p. 19-20): Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada [...]. O que interessa discutir é, então, o território usado, sinônimo de espaço geográfico. E essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território (Cf. SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006).

toma-se como figuração do processo, a *Teia* e as comunidades tradicionais, na luta pela construção de alternativas emancipatórias.

Na esteira desse pensamento, podemos vislumbrar disputas territoriais que alimentam os conflitos agrários no Maranhão, servindo de motivação para a conformação da articulação da *Teia*. Não é menos verdadeiro pontuar que a reforma agrária governamental não alcançou o resultado esperado na prática, ainda que seja necessário considerar os 13 anos de governos considerados “progressistas”, que mantiveram o seu programa de reforma agrário detido mais à forma do que no seu conteúdo efetivo.

A manutenção e/ou controle do território torna-se hoje um dos objetivos principais de resistência dos Povos e Comunidades camponesas articuladas na *Teia*, tendo no território o elemento base da estratégia autonômica. E é justamente num contexto político e econômico de perda geral de direitos que observamos a crescente demanda que reivindicam autonomia territorial.

Segundo SOUZA (2017), o termo autonomia é constantemente adaptado, sobretudo, quando visto à luz dos movimentos sociais emancipatórios, e que está em acordo com as necessidades e possibilidades. Avançando na reflexão proposta por SOUZA (2017), as práticas autonômicas promovidas pelos movimentos estão intimamente ligadas à dimensão espacial. Como visto por esse autor “a práxis dos movimentos contemporâneos vem mostrando o quanto a mudança social concreta tem de ser uma mudança sócio-espacial [...]” (SOUZA, 2017, p. 349). É possível verificar que a luta pelo território em todas as suas dimensões perpassa pela *práxis* efetiva da autonomia e produção de novas territorialidades.

Buscando ampliar a reflexão sobre o tema em tela – autonomia – lança-se mão brevemente sobre o pensamento de Piotr Kropotkin. Embora tal autor possuísse seu trabalho marcado sobremaneira por métodos ligados a ciência natural positivista, e até mesmo à teoria darwinista da evolução, Kropotkin apresenta momentos genuínos de reflexão dialética (SOUZA, 2017). Kropotkin ao longo de sua produção científica em momento algum isentou a geografia e aos geógrafos de críticas em virtude do aspecto colonizador presente na ciência geográfica, quando seu desejo particular era de que ela adquirisse um caráter antinacionalista (RECLUS; KROPOTKIN, 2012).

Na tentativa de aproximar a leitura de KROPOTKIN (1995), lançamos mão da ideia por ele proposta relativa a *ajuda mútua e apoio mútuo*. A construção deste pensamento passa pela observação da vida cotidiana de povos camponeses, em meio ao avanço dos estados modernos na Europa. Segundo SOUZA (2017), o pensamento de Kropotkin está posto na dimensão da cooperação/colaboração.

Sobre essa ideia de cooperação e colaboração mutua, recorremos ao que nos diz a Declaração dos Anarquistas Contra o Muro, ainda que diga respeito a realidade na qual este grupo vive (disputa territorial entre Palestina e Israel). Acreditamos que compõem bem o pensamento que vem sendo desenvolvido aqui.

Segundo a DECLARAÇÃO DOS ANARQUISTAS CONTRA O MURO (2017: P. 6):

Trabalhamos em um espírito pleno de cooperação, sem líderes. Nossas decisões são tomadas por consenso e todos contribuem de acordo com suas habilidades. Acreditamos que justiça e igualdade são alcançados pelo acordo voluntários entre as pessoas e que o Estado é apenas uma ferramenta agressiva de dominação de um grupo étnico/elitista.

Assim como HARVEY (2004) compara a imagem do arquiteto com o da abelha, onde “o arquiteto luta para abrir espaços para novas possibilidades, para futuras formas de vida social”. A teia pode ser pensada como um/a arquiteto/a que trabalha para construir novos espaços de resistência, de insurgência, portanto de possibilidades, e como resultado dessas possibilidades, um caminho para uma insurreição, uma transformação no campo. Pois a própria *Teia* pode ser entendida como uma nova forma de organização social, um híbrido.

Ainda falando sobre a noção de autonomia, fazemos memória ao III Encontro da Teia de Povos e Comunidades Tradicionais: “tecendo autonomia” realizado no território da comunidade quilombola de Santa Maria dos Moreiras, Codó – MA, e que teve como centralidade do debate a temática da autonomia. Arvoramo-nos em dizer com base nos relatórios/relatos dos encontros anteriores a este citado, que neste encontro fora a primeira vez que este categoria foi tratada com maior ênfase, ainda que em momentos anteriores ela já houvesse aparecido nos debates. O presente encontro ainda apresentou como objetivo “reafirmar princípios dos encontros anteriores para o fortalecimento da Teia, tecendo sua autonomia em defesa dos *povos e comunidades tradicionais* do Maranhão”.

Próximo do final dos três dias de Encontro em Santa Maria, na plenária final foi realizada a memória do que havia sido debatido no evento, sendo assim, foi construída coletivamente com a partilha de experiências dos presentes e nos grupos de trabalhos, a partir da pergunta: “*a partir dos gt’s qual o entendimento coletivo sobre autonomia?*”. Sobre o entendimento coletivo construído a respeito da ideia de autonomia no âmbito da Teia, recorreremos aos relatos descritos no Relatório do III Encontro da Teia, (2015):

A união dos trabalhadores e das comunidades juntamente com outros movimentos que lutam pela terra e pelo território, fazendo intercâmbio entre as comunidades e fortalecendo o conhecimento, fortalecendo os encontros entre as comunidades, resistindo, preservando as áreas naturais e monitorando seus territórios através das próprias comunidades.

Notam-se nos trechos acima extraídos do relatório, os sentidos que podem colaborar na elaboração de uma compreensão do que seja essa ideia de autonomia, onde camponeses e indígenas não abrem mão da luta pelo direito pleno ao território, suas relações de produção e reprodução, do seu jeito de viver, da sua liberdade, preservação da natureza da boa convivência, dos mutirões, ou seja, da solidariedade (apoio mútuo), o não uso de agrotóxicos, do direito à alimentação, da liberdade ao trabalho. São elementos aos quais dão sentido a uma luta que produza autonomias.

3.3. A CONSTRUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DE AUTONOMIA NO CAMPO MARANHENSE

“[...] a responsabilidade histórica dos povos latino-americanos e, diante dela, não há outra atitude possível que não seja a prática revolucionária”. Marini (p. 32, 2020).

Neste capítulo apresentaremos brevemente exemplos empíricos que acompanhamos, alguns em maior ou outros em menor grau, ao longo dos anos de pesquisa e nos acompanhamentos pela CPT/MA. Desta forma, apresentaremos alguns casos emblemáticos como as das comunidades quilombolas Cocalinho e Tanque da Rodagem situadas no leste maranhense, região em franca expansão para o agronegócio no estado. A comunidade quilombola Nazaré localizada na baixada maranhense (ao norte do Estado do Maranhão) e por fim o Povo indígena Akroá Gamella também na baixada.

Os exemplos destacados são de povos e comunidades articulados a Teia do Maranhão e cada um a seu modo possuem níveis distintos de organização no que diz respeito a suas autonomias. Contudo, o que os torna bastante semelhantes são conflitos enfrentados para assegurar a manutenção da vida e dos territórios, são importantes focos de resistência frente ao avanço do agronegócio.

Na parte 07 do seu texto intitulado “As sete peças soltas do quebra-cabeça mundial – o neoliberalismo como um quebra-cabeça: a inútil unidade mundial que fragmenta e destrói nações”, publicado em 2020, o Subcomandante Insurgente Marcos apresenta a ideia de bolsões de resistência – grupos de não-conformistas, núcleos rebeldes que estão se formando em todo o planeta em enfrentamento aos impérios marcados pelos mercados financeiros –. Continua o Subcomandante Insurgente Marcos, os bolsões são de todos os tamanhos e de diferentes cores, das mais variadas formas, sua semelhança reside na resistência aos novos imperialismos e ao crime contra a humanidade que neoliberalismo implica.

Subcomandante Insurgente Marcos (2020), parte da realidade mexicana ao chamar atenção para as políticas de Estado daquele país voltadas ao desenvolvimento aplicadas no território como a criação de zonas de desenvolvimento, que inclui complexo petroquímico, e o Programa de desenvolvimento regional sustentável que para a Selva

de Lacandona o real objetivo seria de inserir as terras indígenas ricas em petróleo e urânio no mercado de terras global.

O possível resultado a partir da efetivação dos projetos será, entre outros, a fragmentação do território mexicano. Em paralelismo com este aspecto da realidade mexicana citada pelo Subcomandante Insurgente Marcos, podemos pensar aspectos da realidade maranhense sob efeito da política de Estado do MATOPIBA e seus impactos irreversíveis para os territórios que ela abarca.

Subcomandante Insurgente Marcos (2020, p. 38), fala a respeito do desejo dos indígenas Zapatistas para o México recuperarem a soberania nacional e as justas demandas de autonomia dos povos indígenas frente a face perversa da globalização. Paradoxalmente, os integrantes do EZLN são acusados pelos governantes de fragmentar a nação mexicana.

Sobre os bolsões de resistência ao redor do mundo enfrentando a face perversa da globalização, pontua o Subcomandante Insurgente Marcos (2020, p. 39):

Em outros lugares, no México, na América Latina, nos Estados Unidos e Canadá, na Europa do Tratado de Maastricht, na África, na Ásia e na Oceania, os bolsões de resistência estão se multiplicando. Cada um deles tem sua própria história, suas diferenças, sua igualdade, seus exigências, suas lutas, suas conquistas. Se a humanidade ainda tem esperanças de sobrevivência, de ser melhor, essas esperanças estão nos bolsões que formam os excluídos, os excedentes, os descartáveis.

Em seu chamamento final ele nos diz, Subcomandante Insurgente Marcos (p. 39, 2020), “Existem tantos modelos como resistências e como mundos neste mundo. Então trace o modelo que você mais gosta. Nos bolsões, assim como nas resistências, diversidade é riqueza”.

Sobre necessidade da luta de classes para libertação da América Latina. Marini (p. 32, 2020), chama atenção “a luta mundial dos povos contra o imperialismo à qual a América Latina foi vitoriosamente integrada através da revolução Cubana, não depende exclusivamente do que os povos deste continente querem e fazem, mas os influencia através de acontecimentos tão importantes como a guerra de libertação do povo vietnamita, a revolução cultural chinesa, intensificação da luta de classes dentro do próprio Estados Unidos”.

3.4. COMUNIDADE QUILOMBOLA DE COCALINHO²⁶

A comunidade quilombola de Cocalinho, localizada à leste do estado no município de Parnarama, fazendo também divisa com o Piauí. A comunidade possui reconhecimento desde 2015 pela Fundação Cultural Palmares, embora, não possua sua certificação definitiva feita através do INCRA, realidade compartilhada pela imensa maioria de comunidades quilombolas no Brasil.

Amparados no que diz Gaspar (2010), a região leste do estado Maranhão tem recebido nos últimos tempos forte investida do capital privado para desenvolvimento de monocultivos. De modo prático, Cocalinho se tornou uma ilha verde cercada por eucalipto plantado pela empresa Suzano Papel e Celulose S/A. O avanço do plantio de eucalipto tem provocado dificuldades para acesso a água, expulsão de espécies animais e vegetais antes comuns no território. Outro dilema enfrentado pela comunidade são as queimadas²⁷ e os problemas causados pela pulverização de pesticidas nas plantações.

A paisagem do território testemunha as intervenções ocorridas desde a década de 1980 com a chegada de fazendeiros e projetos de desenvolvimento como por exemplo, a da Suzano Papel e Celulose S/A., mais recentemente. Essas modificações alteraram toda a conformação territorial existente até então. Isso se deve, principalmente, pela destruição de espaços como: lagoas, áreas de extrativismo, pesca, roça, que funcionavam como artérias que ligavam todo o território.

O território de Cocalinho em sua totalidade compreendia uma área bem maior do que atualmente compreende. Em decorrência do processo de fragmentação territorial desencadeado com a fixação de propriedades privadas como fazendas e empreendimentos que se arrogam proprietários legítimos de terras em que historicamente já eram ocupadas pelos quilombolas.

A região leste do estado do Maranhão está situada dentro dos limites do Cerrado brasileiro. Este bioma e as comunidades que nele vivem, mas recentemente passaram a

²⁶ Ver no Anexo 04 a carta aberto dos Povos e Comunidades reunidos no VII encontro da Teia. A carta denuncia violações aos direitos de Povos e comunidades tradicionais e natureza, mas também reafirma a necessidade de união para encarar a luta.

²⁷Mais informações ver: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2020/09/01/fogo-em-fazenda-de-eucalipto-e-soja-ameaca-comunidade-quilombola-no-maranhao/>>. Acesso em: 21/01/2022.

sofrer com avanço voraz do incremento das lavouras de monocultivos para produção de *commodities* e mineração.



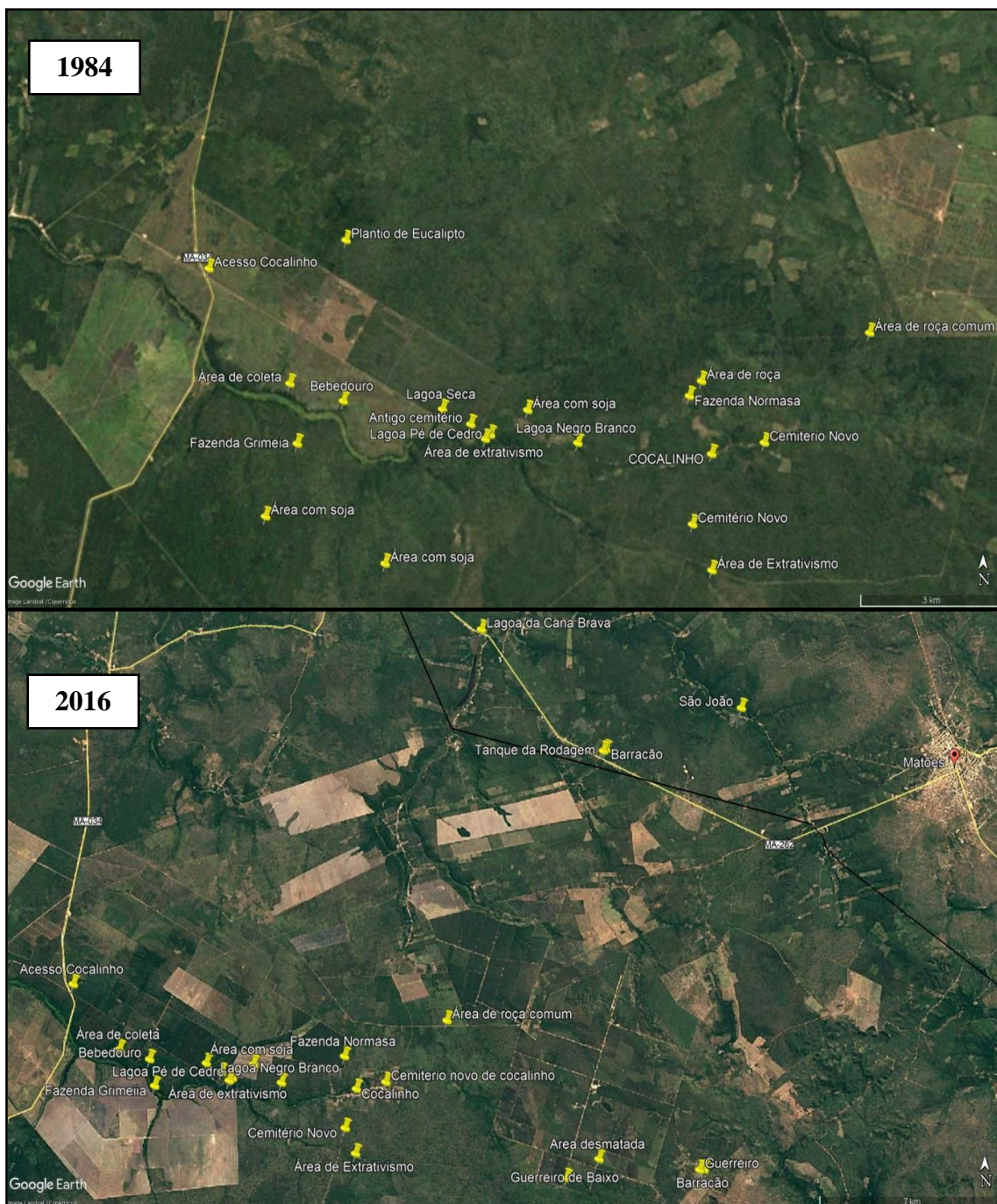
Imagem 01: Caminhão transportando toras de eucalipto plantadas pela Suzano Papel e Celulose S/A no território da comunidade Cocalinho.

Fonte: Do autor, 2019.

O desaparecimento desses espaços implica de forma direta na perda de áreas disponíveis total ou parcialmente, também reduz significativamente a condição de permanência nessas áreas. Uma vez que a durabilidade, assim como a disponibilidade das formas de produção e reprodução da natureza são drasticamente subjugadas a níveis críticos com a “destruição criativa” dos territórios nos termos de Harvey (2014).

Com base no levantamento de campo realizado na comunidade no ano 2020, antes da explosão da pandemia, foi possível realizar o mapeamento e o georreferenciamento de espaços indicados pelos quilombolas, tornando evidente com maior clareza, a dimensão espacial do conflito, evidenciando também a fragmentação dos territórios. O território que compreendia Cocalinho, continha também outras comunidades, tais quais, Tanque da Rodagem, Guerreiro e São e João, em sua continuidade e totalidade compreendia bem mais que os hectares apontados pelos mesmos. Essa área representa a resistência frente ao processo de divisão e parcelamento das terras nas quais as referidas comunidades se territorializaram. Dessa forma,

entendemos que o território usado pelas famílias quilombolas, foi gradualmente sendo vendido, parcelado, vice-versa ao longo dos anos, no que resultou em um complexo processo fundiário possivelmente fraudulento.



Figuras 02 e 03: Imagens do ano 1984 e 2016 extraídas do Google Earth referentes à áreas no território de comunidade Cocalinho, em destaque, a evolução das áreas privadas de fazenda e plantio sobre as terras que compreendem o território tradicional. Também em destaque pontos georreferenciados em atividade de campo de áreas de importante uso pra os indivíduos da comunidade.

Fonte: Google Earth, 1984 e 2016.

Dados: trabalho de campo, 2020.

Na figura 04, datada de (30) trinta de dezembro de 2016, é possível visualizar a sobreposição de áreas de grande importância de uso para os quilombolas, bem como dimensionar a situação de conflito em que se encontram as comunidades quilombolas, cercadas por áreas com plantio de soja e eucalipto. A fragmentação dos territórios fica mais evidente, quando o acesso às áreas de roça, de extrativismo, lagoas e espaços destinados ao sepultamento são impedidas para que se instale a “moderna agricultura”.

A constituição de propriedades privadas promoveu mudanças significativas também na paisagem, uma vez que, a vegetação nativa foi desmatada para dar lugar a produção das referidas mercadorias. Desta forma, ocorreu uma reconfiguração espacial devido a constituição de novos empreendimentos que vão isolando de certa forma os territórios, com a abertura de novas áreas de plantio, traduzindo em territórios cercados pelo agronegócio.

O cercamento e restrição de acesso de espaços importantes que asseguram a permanência é também uma forma de expulsão, ou uma dimensão espacial do conflitos. Esse avanço sobre os territórios tem como base a questão fundiária, pois, com a posse questionável da terra, tem se a aparente legalidade do processo da cadeia produtiva do agronegócio.

O território de Cocalinho encontra-se demarcado por propriedades privadas que desmataram extensas áreas de cerrado, no Leste do estado, em decorrência do processo fundiário outrora mencionado. A posse jurídica da propriedade, ainda que obtida de forma ilegal, como no caso de grilagem de terra, possibilita a instalação de empreendimentos altamente prejudiciais ao território usado dos quilombolas.

A criação de subsidiárias, e mudança do CNPJ dos empreendimentos ajuda a complexificar a questão fundiária que se agrava com o uso do Cadastro Ambiental Rural (CAR)²⁸, programa do governo federal que pode contribuir para a grilagem da terra ao promover a mudança na propriedade da terra apenas com base georreferenciamento do imóvel rural. É com base no CAR que foi possível identificar diversas propriedades registradas dentro do território usado pelas comunidades quilombolas. Esse processo agrava o problema da Reforma Agrária no país, sem falar

²⁸ Para mais informações sobre o Cadastro Ambiental Rural, peça chave atualmente dentro do imbróglio jurídico legal de regularização fundiária. Cf. < <https://www.car.gov.br/#/>>.

que funciona como uma captura de terras para integração ao mercado de terras, em que toda uma cadeia produtiva de financiamentos de safras, desde equipamentos, sementes transgênicas, agrotóxicos, fertilizantes, dentre outras cadeias são mobilizadas para que a produção de commodities prospere.

Em suma, a comunidade quilombola Cocalinho tem resistido bravamente ao acosso do latifúndio, do agronegócio e do Estado, se mantido de pé e em luta, assim com outras comunidades e povos passaram a potencializar suas estratégias de luta ao se articularem aos demais povos e comunidades na Teia. Para tanto, uma das maneiras encontrada pela comunidade para exercer sua autonomia é viver sob a regência de algumas leis próprias – muitas delas ignoradas pelas autoridades, como a proibição de retirada de madeira para a venda, por exemplo.

3.5. COMUNIDADES QUILOMBOLAS TANQUE DA RODAGEM/SÃO JOÃO

As comunidades Tanque de Rodagem e São João, não por acaso, estão localizadas também na região leste do estado do Maranhão, estes elementos empíricos nos ajudam a notar o vetor de deslocamento do sul para leste do estado, a fim de estabelecer “novas áreas” para grande produção de *commodities*. A situação fundiária das comunidades em relação ao INCRA, segue sem titulação, embora, possua certificação pela fundação Cultural Palmares desde 2014.

Outro exemplo de território tradicional que vêm sofrendo investidas do agronegócio, mas também, tem resistido utilizamos com exemplo figurativo do dito acima, parte dos quilombolas pertencentes ao território de Tanque da Rodagem e São João no município de Matões, no leste maranhense. A região que nos últimos tempos tem sofrido com as investidas dos chamados gaúchos – homens/empresas de origem da região sul e sudeste do país –, para ocupar as terras do leste e modernizar a forma de produzir na região com a implementação especialmente da cultura da soja e do eucalipto (GASPAR, 2010).

No último dia 10 de setembro de 2021, um grupo de pessoas invadiu o território da comunidade quilombola Tanque da Rodagem e São João com armas e tratores para dar início ao preparo do solo para o plantio de soja. O grupo agia em nome do

empresário paranaense do ramo do agronegócio e comunicação Eliberto Stein (ver anexo 01), dito proprietário de uma área de aproximadamente 9 mil hectares, chamada de Fazenda Castiça. A área reclamada pelo empresário está em sobreposição ao território que compreende as comunidades – representado muito mais do que apenas áreas de moradia e quintais, mas também roças, extrativismo, caça, pesca, lazer e outras formas de uso.

Quadro 01: Cronologia dos fatos que levam a acampamento do Reviver Fatima Barros.

CRONOLOGIA DOS FATOS EM TANQUE DA RODAGEM/SÃO JOÃO	
10/09	Três tratores e homens contratados por um ruralista do Paraná invadem o território e derrubam mata nativa, árvores frutíferas e roças usando o “correntão” para arrasto da vegetação;
11/09	A comunidade em resistência bloqueia a MA-262, em Matões, no Leste Maranhense; Os quilombolas impedem os jagunços de se apropriarem dos tratores para continuar com a destruição do Cerrado; Homens armados ameaçam a comunidade na noite de sábado e bloqueiam a estrada; Alguns guardas municipais estão envolvidos na ameaça e parecem estar trabalhando para o ruralista; Três quilombolas sofrem ameaças diretas;
12/09	A Comissão Pastoral da Terra ingressa com pedido de liminar em uma ação de Reintegração e Manutenção de Posse (nº 0801137-93.2021.8.10.0098);
13/09	A comunidade ainda aguarda a presença de representantes da Secretaria de Segurança Pública e de Meio Ambiente, avisados desde sexta, pedidos reiterados pela CPT e DPE; Presença da Promotoria e da Defensoria Pública no território;
14/09	Servidores da Secretaria de Igualdade Racial do Maranhão são impedidos por funcionários dos fazendeiros de acessar a área em disputa; A polícia interpela os funcionários dos fazendeiros e na rodovia; Um comboio da Polícia Militar do Maranhão chega ao território e faz a apreensão dos tratores.
15/09	Chega ao local uma equipe da Superintendência de Proteção e Defesa de Direitos Humanos; O processo (nº 0801137-93.2021.8.10.0098) é remetido para a Vara Agrária da Comarca de São Luís; Cerca de 50 pessoas, mobilizadas pela Teia dos Povos do Maranhão, chegam ao território Tanque da Rodagem em apoio aos quilombolas.

Fonte: Adaptado de publicação realizada em 17/09/2021 na página da Comissão Pastoral da Terra.

Por meio de processos de compra e venda de terras, os territórios usados pelas famílias que compreendia os espaços das quatro comunidades passam a ser delimitados, demarcados, conseqüentemente cercados, passando à formação de fazendas dentro do território. A partir desse aparecimento de algumas propriedades privadas, além da redução da área, bem como da restrição de acesso e deslocamentos, comunicação, vai se produzindo uma desarticulação e descontinuidade territorial na totalidade que até então existia entre Cocalinho, Tanque da Rodagem, Guerreiro e São João, que não se restringia somente aos espaços de moradia. Os espaços usados para agricultura, extrativismo, pesca, caça de pequenos animais, são agora destinados aos ativos biológicos como se referem ao plantio de monoculturas de Eucalipto (*Eucalyptus globulus Labill*), e mais, recentemente soja (*Glycine max*).



Imagem 04: Localização pontual das comunidades Tanque da Rodagem e São João em vermelho a área em disputa entres as comunidades e empresários.

Como forma de resistir e chamar atenção para as violações que vêm ocorrendo no território, a comunidade lançou mão da estratégia de *ação direta*²⁹. Desta forma, foram construídas barricadas para fechar a rodovia MA-262 que corta o território (ver imagens abaixo).



Imagem 05 e 06: Nas imagens A e B vemos as barricadas realizadas pelas Comunidades Tanque da Rodagem e São João na MA-262 em protesto contra a destruição e a ocupação irregular de seu território. Na impossibilidade de diálogo, sobretudo, quando não igualdade de entre as partes, a ação direta torna-se a única opção viável para chamar atenção para reivindicação como também, para proteção do grupo de pessoas das comunidades.

Após as ações diretas de barricadas na estrada que liga as comunidades à sede do município de Matões, os quilombolas ergueram acampamento (mobilização) que durou cerca de dois meses, o acampamento foi chamado de “acampamento reviver Fatima Barros” em homenagem à – Fatima Barros é uma liderança quilombola do Tocantins que faleceu vítima da pandemia de COVID-19 –. A mobilização não contou apenas com quilombolas de Tanque e São João e comunidades vizinhas, povos e comunidades de

²⁹ Mais informações a respeito do que chamamos de experiência ação direta praticas pelos quilombolas das comunidades Tanque da Rodagem/São João. Ver mais em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/09/23/quilombolas-seguem-em-protesto-por-caoa-de-conflitos-agrarios-no-ma.ghtml>>. Acesso em: 22/01/2021.

outras regiões do estado se deslocaram para Tanque e São João em apoio à luta daquele povo³⁰.

A mobilização de povos, comunidades e de apoiadores em torno do acampamento tornou possível observar na realidade concreta alguns conceitos que parecem abstratos para um olhar desatento. O conceito de ação direta, apoio mútuo, autogestão, foram exercitados ao longo dos quase dois meses que o acampamento esteve de pé. A cada quinze dias as caravanas de com quilombolas, indígenas e apoiadores de várias partes do Maranhão se revezavam para manter a força e o fogo da luta vivos no acampamento.



Imagem 07: Reunião avaliativa e formativa ocorrida durante à noite no acampamento Fatima Barros.
Fonte: Do autor, (2021).

³⁰ Sobre a mobilização dos povos para apoiar a comunidades Tanque da Rodagem e São João <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/5809-quilombo-tanque-da-rodagem-comitativa-com-mais-de-50-pessoas-chegam-ao-acampamento-em-ato-de-apoio>>. Acesso em: 22/01/2021.

Das atividades feitas no âmbito do acampamento foram diversas, contudo destacamos especialmente as formações políticas, partilha estratégias e experiências de lutas encabeçadas pelas lideranças do MOQUIBOM. Realização de mutirão para construção de novas casas na comunidade, plantio de hortas e árvores frutíferas, limpeza de caminhos, divisão do trabalho na cozinha, e destaque para equipe de segurança que revezava noite e dia fazendo o controle de quem entrava e saía da área do acampamento, todas essas atividades foram realizadas de maneira coletiva pelos membros da comunidade e por quem vinham de fora do território.

Ainda foi realizado trabalho de mapeamento e georreferenciamento do território das comunidades pela equipe de pesquisadores que se identificam com a causa dos povos quilombolas. Nesta ocasião colaboram para o trabalho membros pesquisadores do NERA/UFMA, do Programa Nova Cartografia Social da Amazônia e de estudantes Pesquisadores da Universidade Federal do Piauí. Os trabalhos de levantamento territorial serviram para distintos fins, como subsidiar o RTID (em processo de elaboração para submissão ao INCRA), servir também de subsídio técnico para futuras análises jurídicas, uma vez que há uma ação possessória a ser julgada. Os trabalhos colaboram ainda para instrumentalização e empoderamento das pessoas das comunidades.

3.6. COMUNIDADE QUILOMBOLA NAZARÉ³¹ – EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA ASSEGURAR AUTONOMIA.

O Quilombo Nazaré, pertence ao território Quilombola Mariano dos Campos, no município de Serrano do Maranhão, localizado a cerca de 250 km de São Luís capital do estado (via *ferryboat*). O quilombo fica localizado no Território Quilombola Mariano dos Campos no qual existem outros doze comunidades quilombolas – Quilombo Nazaré, Quilombo Santa Rosa, Quilombo Campo Novo, Quilombo Bacabal do Paraíso, Quilombo Morada Nova, Quilombo Sindim, Quilombo Vila Nova, Quilombo Luciana, Quilombo Mariano dos Campos e Quilombo Campinho – que é quilombo urbano, pois fica na sede do município de Serrano do Maranhão - MA.

O que conecta todas essas comunidades além de suas histórias é o Rio, que em cada lugar desses que passa a ter um nome. Todos os Quilombos dependem desse Rio, tanto para sobrevivência do corpo e do espírito, tirando sua alimentação, como para se deslocar para outros lugares e também proteção espiritual do território. O aspecto cultural é outro fator importante no qual o território Quilombola Mariano dos Campos tem uma grande e importante potencialidade como: o Tambor de Crioula e Bumba Boi Costa de Mão (Bumba meu Boi) e a espiritualidade de Matriz Africana, Festas Profano-Religiosa com Tambor de Crioula, Tambor de Mina e Festa Dançante, o Cemitério de Pretos no Quilombo Campinho, festas de Santos Padroeiros, torneiros de futebol.

O território possui riquezas naturais como: areia grossa, barro, madeiras "de lei", coco babaçu, os animais de caça, extensas áreas de juçareiras, bacabeiras e buritizeiras, as palmeiras de tucum, o rio para pescaria e a própria margem dos rios, criação de búfalos nos campos naturais, todos esses elementos chamam atenção de empresários e grileiros de terras. Os interesses e formas de uso distintas impressas na natureza no território têm causado conflitos há muitos anos no território.

No que diz respeito às mobilizações dentro do território e em especial na comunidade se dão através da articulação junto ao Movimento Quilombola do Maranhão que por sua vez é articulado à Teia. Alguns trabalhos de formação política com destaque para as atividades de formação desenvolvidas com a juventude através do

³¹ As informações a respeito da comunidade Nazaré, sua dinâmica e especificidades foram adquiridas através de entrevista via aplicativo de troca de mensagens com Leidiane de Livramento Santos Reges, liderança da comunidade.

trabalho de base e através da Retomada da Educação Quilombola outro aspecto é o trabalho desenvolvido com as mulheres que se articulam através do Coletivo Mulheres Guerreiras da Resistência do MOQUIBOM e também através do processo de Educação a partir do Território.

Atualmente surgiram novos conflitos de grilagem e também a implantação de um projeto chamado Maranhão Verde, apoiado pela nova gestão municipal. No Quilombo Campinho foi iniciado a plantação de açaí, projeto como a economia verde destroem as matas ciliares importantíssima para a saúde do solo. Para tentar levar informações sobre os impactos que isso pode causar, estamos trabalhando um projeto pedagógico para dialogar sobre cuidados e proteção do território a partir da nossa Ancestralidade, levando informações sobre o direito em Lei sobre a necessidade de uma consulta prévia e informada antes de implantar projetos dentro de Territórios Ancestrais.

Destacamos a compreensão do conceito de território que os sujeitos da Comunidade Nazaré no território Mariano dos Campos tem pensado em desenvolvido internamente. Sobre a ideia própria do que vem a ser o território a liderança nos diz:

Primeiro que somos parte do território, como nasci e meu umbigo (placenta) foi enterrado nele, não consigo viver fora dele, mesmo quando vou para outro quilombo fazer encontros, rodas de conversa, mas seja no inconsciente eu retorno para o meu território. Se tirar o território de quem está enraizado lá, a gente não consegue sobreviver, morremos aos poucos, seja de depressão, a nossa saúde espiritual depende do território, ou morreremos porque não podemos mais tirar nossa sustentabilidade com aquilo que tiramos do Território. O território é nossa herança ancestral não se resume aos nossos avós, bisavós, tataravós, o modo de viver, a espiritualidade, mas também faz parte da nossa herança ancestral o pequizeiro, o bacurizeiro, a mangueira.... As plantas e ervas medicinais, as sementes crioulas, os animais. Eles ainda existem no território devido a luta, cuidado e proteção daqueles que viveram aqui antes de nós e à espiritualidade, aos guardiões: Encantados, Caboclos e orixás. O território é importante por isso, o território é vida. Na minha visão, o território tem dois elementos importantes, não existe vida sem a Mãe Terra e a Mãe Água, e todos nós retornaremos para terra, outro para a água, para o outro lado do Rio, então por isso temos que cuidar pois estaremos cuidando de nós mesmo, e é preciso construir esse sentimento nas novas gerações, não ter vergonha da Ancestralidade, o futuro bom que queremos sempre será ela. (Trecho de entrevista/conversa realizada com liderança do Quilombo, 2022).

Ainda em conversa com a liderança a perguntamos qual seria o entendimento a respeito do conceito/tema autonomia, que têm norteado com maior potência nosso estudo e como dentro das limitações entre teoria e prática tem sido desenvolvido pelos sujeitos da comunidade e no território. A liderança nós diz sobre autonomia:

É poder viver o nosso modo de vida, sem nos julgarem, é poder dizer e fazer a educação que queremos não apenas para os que estão dentro do espaço físico de uma escola, **autonomia** de acreditar na espiritualidade, naquilo que nos aproxima de Deus, sem necessidade de sermos catequizados, evangelizados sem respeitar nossa Ancestralidade. **Autonomia** de poder dizer que nós não queremos criar peixes em cativeiro por que nós queremos preservar o rio por que dele tiramos nossa sustentabilidade e proteção. **Autonomia** de dizer e avaliar como deve ser políticas que representam a nossa identidade. **Ter autonomia** de produzir nosso próprio alimento, sem obrigar as comunidades Quilombolas pegarem semente enviadas pelo governo, fazendo-os negarem a Ancestralidade de manuseio com a terra e suas sementes (Trecho de entrevista/conversa realizada com liderança do Quilombo, 2022 [grifo nosso]).

A Educação contextualizada vem sendo desenvolvida por um grupo de professores na escola da comunidade como uma forma de garantir a autonomia. A escola municipal Centro de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Nazaré, têm atendido turmas multisseriadas com 18 crianças e 16 adolescentes e 04 jovens, dentre estes, mães de estudantes que retomaram os estudos, quando ocorre a retomada da educação em 2010³². A retomada da Educação é um processo de ensino e aprendizagem a partir do Território. Assegurar que esse projeto de uma educação contextualiza e emancipadora, esbarra em inúmeros entraves e dificuldades para se efetivar como forma contra-hegemônica intrinsecamente ligada a autonomia territorial.

Aqui no Quilombo Nazaré iniciamos o processo de autonomia na educação (mas ainda precisamos avançar mais), autonomia de não pegar as sementes do governo, autonomia na realização de nossas manifestações culturais. Autonomia nos jogos de futebol, até o momento não demonstramos interesses de participar de campeonatos realizados pela elite opressora que contribui para a não titulação dos territórios tradicionais (Trecho de entrevista/conversa realizada com liderança do Quilombo, 2022).

³² A retomada de educação a qual nos referimos é o fenômeno descrito pelos sujeitos da comunidade como o processo que culminou com a luta pela escola na comunidade, garantindo que quem tivesse o interesse em estudar não necessitasse deslocar grandes distâncias, além é claro, de garantir autonomia aos profissionais que promovem aulas contextualizadas a realidade vivida pelos sujeitos, realidade que escapa aos limites impostos pelo currículo escolar tradicional.

3.7. A RESISTÊNCIA DO POVO INDÍGENA AKROÁ-GAMELLA.

Os indícios históricos encontrados em documentos oficiais e mesmo jornais de época apontam que o povo Akroá-Gamella já ocupavam geograficamente o território que atualmente compreende os municípios de Viana, Penalva e Matinha desde os anos 1750, o território em questão corresponde aproximadamente 14 mil hectares. Vale ainda ressaltar que o número em questão (14 mil) é uma narrativa estatal, visto que a noção de limites territorial do povo é outra. A luta do povo pelo reconhecimento e posse do território se confunde também com a luta de outros povos indígenas brasileiros. Historicamente o território do povo Akroá-Gamella foi/é alvo de disputa para dar lugar a fazendas, onde no passado serviram para produção de açúcar e mais recentemente para produção de gado de corte. (BATISTA; SANTOS; *et.al*, 2017).

Outro duro golpe sofrido pelo povo Akroá-Gamella foi à negação por parte do Estado Brasileiro da existência do povo que acarretou em sérios problemas, como perda da identificação como indígena por parte das novas gerações, praticamente relegando aos registros históricos a memória do povo. Vale lembrar que “desaparecimento” dos indígenas das narrativas oficiais do Estado, abriu um horizonte de possibilidades para investidas de grileiros se apossarem de áreas dentro do território. Isto acabou promovendo cercamento das terras, dificultando o acesso aos bens da natureza, por parte dos indígenas, acarretando também profundas mudanças no modo de vida deste grupo social. (BATISTA; SANTOS; *et.al*, 2017).

Graças ao processo de organização interna, muitas vitórias já foram conquistadas, mas a luta ainda está longe de ter um fim. As vitórias alcançadas pelos Gamellas dizem respeito à retomada de áreas dentro do território, recuperação de parte da memória que parecia perdida, retomada dos modos de vida tradicionais, da espiritualidade do povo e, sobretudo a reafirmação da identidade mediada a partir da afirmação do território.

Uma passagem recente na história do povo Akroá-Gamella, que sempre merece destaque para que nunca seja apagado de nossas memórias a forma de tratamento violenta que os indígenas recebem no Brasil. O massacre sofrido pelos Gamellas no dia 30 de abril de 2017, quando se preparavam para realizar a quinta, de uma série de retomadas promovidas pelo povo desde do ano 2015.

No massacre, 22 indígenas ficaram fortemente feridos. O ato, entendido como crime de ódio racial, fora orquestrado por membros da sociedade civil de Viana e outras cidades próximas, lideranças religiosas – representantes da igreja evangélica – políticos e ex – políticos, importante destacar o nome do na época e atualmente reeleito para mais quatro anos de mandato, deputado federal Aluísio Mendes (PODE), candidato a deputado que mais recebeu votos na região (SANTANA, 2017).

Na tarde do dia 18/11/2021, mais uma vez, chegam informações que o território do povo Akroá-Gamella – (TI Taquaritiua – município Viana/Matinha) e que as vidas de seus indígenas eram novamente atacados, desta vez, pela empresa Equatorial energia³³, que há vários meses invade o território retomado pelo povo para instalação de linhões e postes de transmissão de energia elétrica. Na ocasião, de acordo com os próprios indígenas, foram abordados por policias militares à paisana, à serviço da empresa de distribuição de energia quando a realizavam suas atividades cotidianas no campo. Entende-se que a maneira como agiu a polícia neste caso, pode caracterizar como análoga a de milícias privadas.

Conforme apurado junto aos indígenas, a abordagem policial foi altamente truculenta, ferindo toda e qualquer norma de conduta formal das ações policiais. Pertences pessoais (celulares, câmeras fotográficas, além das casas reviradas) foram apreendidas sem justificativa plausível para esta ação, bem como a condução de um grupo de aproximadamente 20 indígenas para a delegacia, sob acusação e suposto roubo de arma dos policias que realizaram abordagem inicial.

Após longas 72 horas detidos em condições análogas a tortura realizada em períodos ditatoriais *stritu senso*, os indígenas são liberados na tarde do sábado. Contudo essa guerra ainda está longe de ter fim, tanto na esfera jurídica, quanto no chão do território, sobretudo, porque o ambiente de medo na aldeia e no entorno voltou a imperar o que exige reorganizar as estratégias de proteção, para garantir a segurança e sobrevivência do povo.

³³ O grupo Equatorial Energia - Equatorial Energia S.A. é uma empresa de capital aberto que comercializa seus ativos na bolsa de valores. Atualmente a empresa explora o serviço de distribuição de energia elétrica em seis estados brasileiros (Alagoas, Amapá, Maranhão, Pará, Piauí e Rio Grande do Sul), a empresa ganhou maior relevância graças a diversos programas desestatização ao longo das últimas duas décadas.



Imagem 08: Campo onde ocorreu o embate com policiais milicianos a serviço da empresa e onde a Equatorial Energia tem usado para expandir a instalação de postes de energia, deixando inviável e tornando extremamente arriscado que os indígenas façam uso dessas áreas, sobretudo, para pesca, caça e passagem (locomotiva).

Fonte: Do autor, (2022).

3.8. A TEIA DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MARANHÃO: FORMA DE EXPRESSÃO DAS LUTAS SOCIAIS NO MARANHÃO.

Temos buscado, por efeito prático, entender a Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão, enquanto fenômenos no quais os vemos materializados como expressões de lutas sociais, lutas antisistêmicas e anticapitalistas de caráter classista, gênero, racial e ecológico, construída a partir de alianças entre povos e comunidades do campo e da cidade que tiveram suas trajetórias relegadas/interrompidas nas narrativas oficiais.

O que essa articulação de Povos e comunidades tem produzido, via de regra, soa como algo inovador, contudo, FERREIRA & FELÍCIO (2020), nos fazem olhar com mais

atenção para história apontando a experiência de luta por território autônomo e rebelde construída em Palmares, como a umas das mais longevas e exitosas de nossa história. Ainda na esteira do pensamento proposto pelos autores, afinal de contas o que era/foi Palmares? Segundo FERREIRA & FELÍCIO (2020, p.131), “Palmares era uma federação de quilombos [...] Ali **juntavam-se os pretos fugidos da colonização, indígenas** com quem compartilhavam saberes e com os quais teciam alianças e casamentos. **Essa federação era heterogênea** e, reunidos ali, segundo relatos, encontravam-se também judeus e muçulmanos. Ou seja **ali estavam os perseguidos pela igreja pelo Estado e pelo latifúndio**”.

Pôr em tela o elemento empírico do nosso trabalho, a Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão analiticamente nos coloca de frente com o debate presente especialmente no âmbito acadêmico. Entender, portanto classificar, a Teia enquanto representante da *práxis* dos chamados novos movimentos sociais ou representantes dos movimentos sociais clássicos. Reforçar essa dicotomia, bem como, optar por uma ou outra, para criar uma chave interpretativa que dê conta de explicar a complexidade que é a Teia, parece remover a potência desta articulação, tendo na heterogeneidade e no apoio mutuo sua potência máxima.

Buscando aproximação a uma teoria mais abrangente nos amparamos nas palavras de RUY MOREIRA (2018, p. 17) [...] os movimentos sociais são de múltiplos sujeitos e polaridades. Seus temas combinam lutas conjunturais e lutas estruturais, abertas tanto sobre singularidades quanto sobre totalidades, combinando transformações de cunho brusco, lento ou progressivo. De tal sorte, entender a Teia como expressão de lutas sociais, forma de vazão a demandas reprimidas, são boas chaves de interpretação, contudo, é claro, necessita maior aprofundamento para reforçar essas afirmações em trabalho de maior fôlego no futuro.

Segundo GOHN, (2011) a definição clássica de movimentos sociais apresenta características básicas: possuem identidade, têm um opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade. Entretanto esta definição mais clássica está ligada fortemente ao movimento operário que se apresenta extremamente institucionalizado. Segundo PORTO-GONÇALVES, (2006), em meados dos anos 1960, há

eclosão de movimentos que não tecem críticas exclusivas ao modelo produtivo capitalista, mas se fundamenta nos modos de vida, também como bandeira.

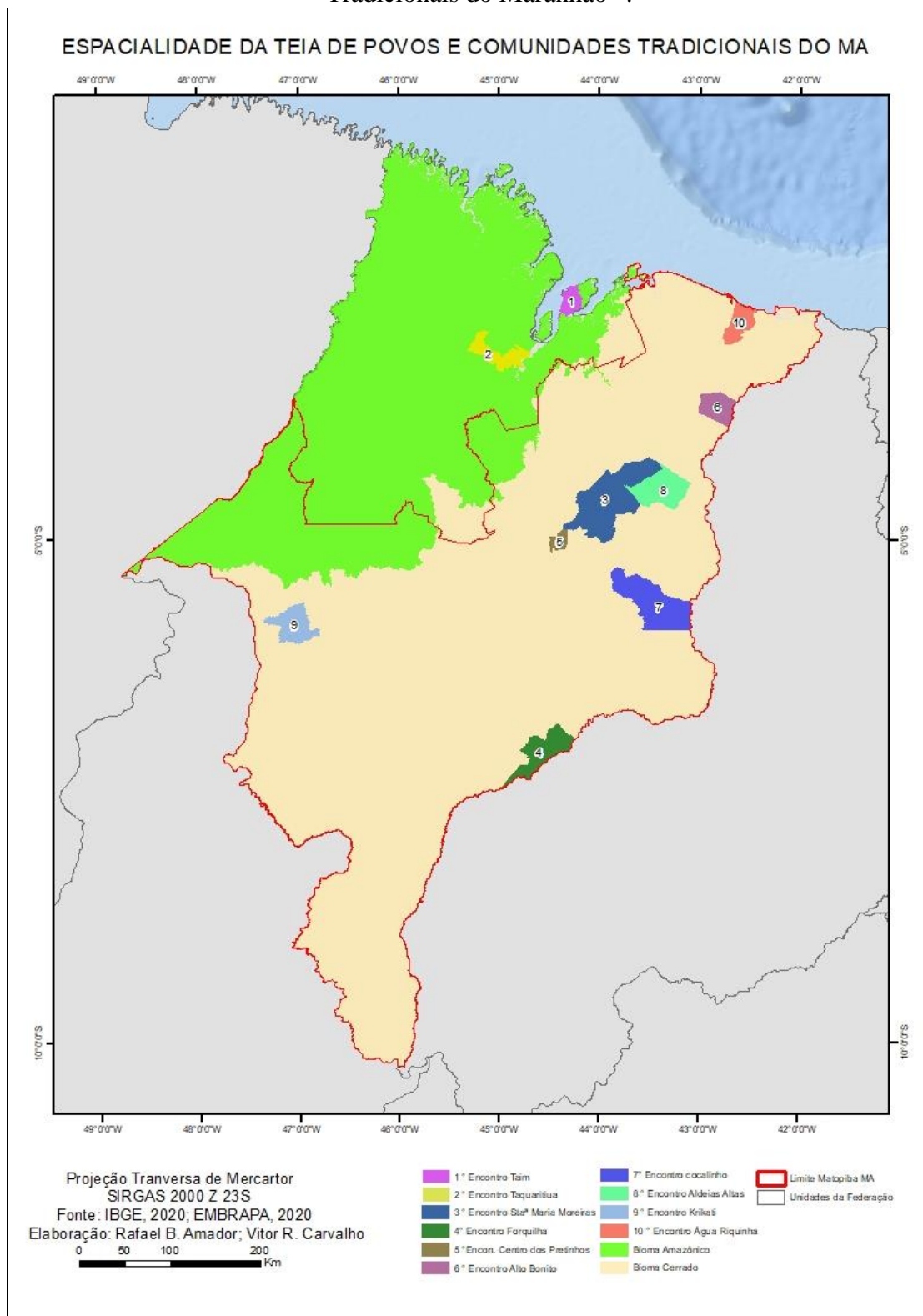
As minorias historicamente oprimidas tornam-se protagonistas de suas próprias lutas pautadas em suas especificidades, fato que se estende até os dias atuais. Numa perspectiva mais ampla retomamos ao caso em tela, pensando a Teia como articulação, espaço que aglutina diferentes movimentos que representam minorias relegadas à subalternidade historicamente e as mais diversas organizações de apoio.

A articulação da Teia no Maranhão, até o momento agrega diversos grupos étnicos tradicionais³⁴, marco jurídico que por si só garante a legitimação de suas territorialidades – camponeses, sertanejos, quilombolas, indígenas, geraizeiros, pescadores artesanais, quebradeiras de coco – que possuem respectivamente suas próprias Teias (ALMEIDA, 2008). Ainda vale pontuar o caráter pioneiro da articulação no Maranhão, haja vista existam composições semelhantes em outros estados como a Bahia, Ceará e Rio Grande do Sul.

A Teia ao longo do seu processo de tecimento tem buscado estabelecer a partir da articulação das comunidades e da convivência multiétnica, caminhos de reciprocidade através da valorização e do fortalecimento de costumes e da memória dos povos. Esses elementos têm auxiliado no processo de fortalecimentos das relações sociais e redescoberta de práticas coletivas que haviam sido deixadas de lado ou até mesmo esquecidas. A interseção desses elementos colabora para construção de caminhos em direção ao bem viver, e a partir da dessa união de elementos vem a força e que mantém a força da Teia (AMADOR, 2018).

³⁴ Para mais informações ver: **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasta:** terras tradicionalmente ocupadas. 2ª. Ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

MAPA 04: Distribuição espacial dos Encontros da Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão³⁵.



³⁵ No presente mapa tentaremos apresentar espacialmente como à Teia enquanto articulação se movimentou pelo território maranhense ao longo dos dez encontros retratados no trabalho.

À luz do mapa acima, é possível dimensionar a espacialização dos municípios que receberam os Encontros da Teia. Notadamente os municípios em destaque no mapa fazem parte de regiões que vem sofrendo ao longo da história, e mais recentemente, com as práticas coloniais de exploração do homem e da terra, como casos de coronelismo e criação de latifúndios. Vale destacar também, segundo pontua Silva (2007), o incremento do capital financeiro no campo com a criação das chamadas “fronteiras agrícolas”, também presentes no Estado Maranhão, é elemento que intensificam os conflitos no campo.

Partindo da análise do mapa acima, nota-se que oito (08) dos dez (10) encontros da Teia foram realizados em áreas que estão sob a influência da política desenvolvimentista de Estado do MATOPIBA. Considerando que escolha de determinada comunidade para sediar o encontro, perpassa pela necessidade de maior mobilização na mesma, quase sempre, em virtude do acirramento do estado de tensão produzido em função dos conflitos. Ainda sobre o mapa, nota-se que tensão atualmente está direcionada às áreas sobrepostas pelo MATOPIBA.

QUADRO 02: MEMÓRIA DA TEIA – ESFORÇO PARA UMA CRONOLOGIA POSSÍVEL³⁶

MEMÓRIA (TEMPORAL) DA TEIA DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MARANHÃO	
Do Encontro ao Encontro Lugar/Ano	Descrição Possível
Quilombo Charco, São Vicente Ferrer/2010	Assassinato de Flaviano Pinto ³⁷

³⁶ A partir dos relatos coletados no encontro de articulação realizado em agosto de 2021 foi possível tratar o *tempo* cronológico da Teia, por efeito, prático com maior linearidade. Complementando e/ou corrigindo as informações que Amador, (2018) apresenta em seu trabalho monográfico ao tratar da Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão são atualizadas e em alguns casos corrigidas.

³⁷ Liderança quilombola assassinada a mando de fazendeiros que disputam o controle das terras que pertencem ao Quilombo Charco no município de São Vicente Ferrer – MA. Após a morte de Flaviano têm início a conversa a respeito do que passamos a conhecer posteriormente como Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão.

Acampamento Negro Flaviano/2011	Após reunião realizada no Quilombo Alto Bonito em Brejo é tomada a decisão de montar acampamento na sede do INCRA em São Luís, para denunciar a violência contra as comunidades quilombolas do estado acompanhadas pela CPT e reivindicar a regularização dos territórios ³⁸ . O acampamento durou por 10 dias.
I Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais ³⁹ . Centro de Formação Mangabeira – Santa Helena/2013	Encontro de formação, contou com a presença de indígenas, quilombolas e entidades parceiras. Formação Política e iniciada a discussão sobre descolonização.
II Encontro/2014 – Comunidade Taim, Resex Tauá-Mirim – Zona Rural de São Luís.	Memória, identidade, cultura, modo de vida e Bem Viver.
III Encontrão – Território Taquaritiua – Povo Indígena Akroá-Gamella. Viana – MA/2015.	<p>Bem Viver – um caminho possível.</p> <p>Este encontro ficou marcado pela necessidade de construir lutas unificadas, pela união dos povos, sobretudo à época esta unidade dizia muito a respeito de quilombolas e indígenas.</p> <p>Neste encontro Demetriz Akroá-Gamella proferiu uma frase que tem inspirado desde então as mulheres e homens articulados na Teia <i>“nossas escrituras são os nossos pés”</i>.⁴⁰</p> <p>Neste encontro a mandala⁴¹ foi assumida como símbolo da Teia.</p>

³⁸ À reunião estavam presentes representantes da CPT/MA e o MOQUIBOM. Em contato com o CIMI/MA alguns Povos indígenas – Kanela; Guajajara e Krikati – foram mobilizados a se fazerem presentes e colaborar com o acampamento dos quilombolas. Como resultado do acampamento houve uma reunião com então ministros de governo, onde ficou desenhado um plano de para regularização das comunidades quilombolas.

³⁹ Antes de se chamar *Encontrão da Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão*, inicialmente a reunião (encontro) chamava-se *Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais*.

⁴⁰ Neste encontro também, foi tratado bastante a respeito da memória (memória coletiva) – *“Memória é trabalho, quanto mais é trabalhada mais reafirmamos onde nós queremos chegar. São nos rituais de festa, religiosos que a memória vai reafirmando a identidade e mantendo o que nós somos”*.

⁴¹ Neste caso a representação refere-se a forma de organização em circularidade onde todos os participantes possuem o mesmo valor (mulheres, homens, jovens e crianças).

<p>V Encontro – Comunidade do Taim, Resex Tauá-Mirim – Zona Rural de São Luís.</p>	<p>Encontro de formação com articuladores e articuladoras. O caráter pedagógico dos encontros e a preocupação com a formação política dos articuladorxs⁴² são também uma forte marca do processo da Teia.</p>
<p>V Encontro – Comunidade quilombola Santa Maria dos Moreiras, Bom Jesus – Codó – MA/2015.</p>	<p>Tecendo nossa autonomia e reafirmando nossos princípios. É neste encontro que a categoria analítica <i>autonomia</i> e a <i>práxis</i> autonômica⁴³ de povos e comunidades são tratadas com maior ênfase.</p>
<p>VI Encontro – Comunidade Sertaneja de Forquilha, Benedito Leite – MA/2016.</p>	<p>A Teia é o caminho da rebeldia e não aceitação. Nessa ocasião foi tratada com maior ênfase as políticas de estado à época recém aprovada como o MATOPIBA⁴⁴ e a PEC 215⁴⁵ e seus impactos diretos aos territórios e a vida dos Povos e Comunidades.</p>

⁴² O papel dos articuladores neste caso é de mobilizar as bases (povos e comunidades) que compõem a Teia, num processo de “formação de multiplicadores das ideias.”

⁴³ Quando nos referimos a “*práxis autonômicas*” buscamos entender que a ideia de autonomia difundida no encontro e outros espaços de formação da Teia não representa algo *a priori*, mas sim são formas de expressão do que povos e comunidades ao seu modo já promovem em termos de ações que podem ser interpretadas como ações que visam ou promovam autonomia(s) em algum nível, exemplo singular para isso é a partilha de sementes criolas – fundamental para garantir autonomia alimentar. Sendo o papel da Teia neste caso, o de potencializar e fortalecer tais ações.

⁴⁴ Política de pública efetivada a partir de 2015 que estabelece incentivo a criação de uma “nova fronteira agrícola” em áreas predominantemente de bioma cerrado concentrada nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Voltada inicialmente para a produção e *commodities* (soja, milho e eucalipto), mas também integra um complexo sistema interligado de projetos de infraestrutura nas áreas de logística e produção de energia, além da mineração.

⁴⁵ Transfere do poder executivo para o legislativo a responsabilidade de sobre a demarcação de Terras indígenas.

<p>VII Encontro – Comunidade de Quebradeiras de Coco Babaçu de Centro dos Pretinhos, Dom Pedro – MA/2016.</p>	<p>Não existe Babaçu livre em Terra presa⁴⁶. No encontro de Centro dos Pretinhos a ênfase das falas ainda esteve centrada nas repercussões do MATOPIBA sobre os territórios, bem como, falas relacionadas a processos de rebeldia/insurgências. O professor Carlos Walter da UFF, compartilhou as experiências de luta que ele pôde acompanhar em outros lugares do Brasil e Latino América.</p>
<p>VIII Encontro – Comunidade Quilombola Alto Bonito, Brejo – MA/2017.</p>	<p>Não estamos extintos. Estamos de pé, em luta. Esta terra é nossa. Na ocasião Osmarino líder seringueiro partilhou com os presentes uma pouco de sua história de luta em defesa da floresta e dos seringais no Acre. Também estiveram presentes ao encontro Joelson Ferreira, Nego Helder e o Cacique Naido Pataxô da Teia da Bahia⁴⁷. <i>Nós da teia da Bahia, estamos fazendo as mesmas discussões que o maranhão está fazendo.</i> Joelson Ferreira, representante da Teia da Bahia, 2017.</p>
<p>IX Encontro – Comunidade Quilombola de Cocalinho, Parnarama – MA/2017.</p>	<p>Nosso Território Sagrado: Bem Viver, Memória, Luta e Esperança. Este encontro ficou marcado pela grande quantidade de comida produzida nas comunidades foram levadas pelas mesmas para cocalinho⁴⁸.</p>
<p>X Encontro – Comunidade Sertaneja de Gostoso, Aldeias Altas – MA/2018.</p>	<p>Retomar nossas raízes com a luta e resistência, defendendo a Vida e Bem Viver.</p>

⁴⁶O tema deste encontro é muito potente, e faz um chamamento à ações de rebeldia e insurgência, não mais ficando restrito a ideia de resistência – resistir é parte do fazer cotidiano dos Povos e comunidades articuladas na Teia –. Podemos entender rebeldia como sinônimo direto de insurgência na prática observadas em retomadas de território e derrubada de cercas do latifúndio.

⁴⁷ Articulação Povos indígenas e comunidades de diversos seguimentos camponeses da Bahia – **aliança preta, indígena e popular** – que lutam por terra, território, autonomia e contra o imperialismo naquele estado. Os representantes da Teia da Bahia que estiveram presentes ao encontro em Brejo, partilharam a partir de suas respectivas vivências – preto, indígena e popular – suas experiências de luta que aparentemente diferentes se unem na Teia.

⁴⁸ A autonomia alimentar dos encontros da Teia sempre foi um objetivo que neste encontro se tornou possível. Muito pouco do que foi consumido era industrializado ou comprado junto a grandes fornecedores. **Lê-se autonomia alimentar:** como a capacidade de produzir parte ou a totalidade do alimento consumido pelas comunidades, desta maneira não as torna reféns imediatos do dinheiro, dos grandes produtores e comerciantes, para sanar a necessidade básica da alimentação, ainda proporciona um acesso a comida mais saudável.

	Esse encontrão ficou marcado pela mudança da metodologia do encontro, como da própria forma de organização da Teia que passa a se organizar em nove (09) esteios ⁴⁹ .
XI Encontrão – Aldeia São José – Território do Povo Krikati, Montes Altos – MA/2018.	ME PAAPI EHMPOO JARII NE EHMPOO HYH PII'CYM ME PAAPEHXPOH XY'NY (Somos Raízes e Sementes nos Territórios em Luta). Neste encontro foi necessário pôr em pratica o exercício da desconstrução, visto que todos os participantes estavam submetidos rígidas regras presentes no território.
XII Encontrão – Comunidade de Pescadores Artesanais Água Riquinha, Paulino Neves – MA/2019.	Nas águas da resistência recontamos nossas histórias. No encontro ficou demonstrado como os megaprojetos de desenvolvimento espalhados pelo maranhão estão interligados e produzem impactos nos territórios. As lutas das comunidades não isolada.
Acampamento Fátima Barros/2021.	Desde o dia 01 de setembro famílias quilombolas de Tanque da Rodagem mantaram acampamento às margens da MA 262 no município de Matões. Uma comitiva de 50 pessoas ⁵⁰ articuladas pela Teia se fizeram presentes para ao território em conflitos para apoiar a luta das famílias da comunidade. O acampamento foi montado em protesto contra uma série de crimes ambientais cometidos do território. Os mandantes dos crimes são os agricultores, Eliberto Stein e Silvano Oliveira, que pretendem investir no monocultivo de soja.

⁴⁹ São eles: Autonomia; Bem Viver; Bom governo; Educação; Saúde; Comunicação; Produção; Autoproteção.

⁵⁰ Entre os presentes estiveram quebradeiras de coco babaçu, quilombolas e povos indígenas: Tremembé, Akroá Gamella, Krenyê e Quilombolas.

3.9. AVALIAÇÃO DOS DEZ ANOS DE CAMINHADA DA TEIA DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MARANHÃO.

A caminhada da Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão no ano de 2021 completou dez (10) anos. Nesta ocasião foi momento de fazer memória do que já foi feito e pensar os próximos passos que irão conduzir a caminhada dos anos seguintes. Nunca antes foi tão necessário reafirmar os preceitos que têm conduzido a Teia até aqui, com reforçar aliança entre os povos.

O encontro ocorreu no Sítio dos Padres – Zona urbana do município de Santa Inês, Maranhão no período de 19 a 23 de agosto de 2021. Sendo 19 de agosto chegada/acolhida no fim do dia e 23 de agosto retorno das últimas caravanas para suas casas. Tendo como objetivo geral: “Avaliar os 10 anos de caminhada da Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão e preparar nosso futuro”. Estiveram presentes representantes de povos, comunidades e entidades: Quilombolas (MOQUIBOM); Pescadores; Quebradeiras; Indígenas Krenye e Akroa-Gamella; CPT/MA; CIMI/MA; Rosa Luxemburgo; MIQCB-Codó; CPP/MA; NERA (Grupo de estudo) e Coletivo Itinerâncias.

PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO DE AVALIAÇÃO DOS 10 ANOS DA TEIA

	19 QUINTA	20 SEXTA	21 SÁBADO	22 DOMINGO
MANHÃ		ABERTURA CONJUNTURA	ATAQUES E ESTRATÉGIAS	PLANEJAMENTO TECER NOSSO FUTURO
TARDE		MEMÓRIA TECER NOSSO RIO	APRENDIZAGEM NOVO DO PLANEJAMENTO	
NOITE	ACOLHIMENTO JANTAR CHEGADA		CELEBRAÇÃO	

Imagem 09: Mural de exposição da programação do encontro.

Fonte: Do autor.

Há praticamente (02) dois anos sem realizar nenhuma atividade presencial em função da pandemia de COVID-19 que ainda segue sem dar trégua, embora se apresente relativamente controlada graças a vacinação. Desta maneira a Teia promoveu um encontro que ocorreu em grupo reduzido (cerca de 50 pessoas foram credenciadas a

participar, tendo se feito presente cerca de 40 pessoas) e em local com relativo controle, todos os articuladores e articuladoras presentes realizaram testes PCR, todos os indivíduos testaram negativo para COVID-19.

Também foi solicitado aos participantes que os mesmos tivessem tomado ao menos uma dose das vacinas disponíveis. As medidas de distanciamento social e uso de mascarar foram praticadas o quanto foram possíveis, havendo também um grande reforço às medidas de higiene pessoal, fundamentais nesse momento. Tais medidas adotadas conferiram mínima segurança aos participantes do encontro.

O deslocamento para o local do encontro foi realizado em pequenos grupos em carros de passeio, um cenário bastante diferente do que costumeiramente ocorre nos encontros da Teia, que conta com grandes caravanas vindas de todas as partes do estado, é realizado em comunidades ou terras indígenas e o contato físico é uma normalidade.

O local onde ocorreram as atividades – Sítio dos Padres – era bastante espaçoso, contava com dormitórios e banheiros para mulheres e homens, amplo refeitório e cozinha e um amplo salão que abrigou as reuniões. As refeições ficaram a cargo da equipe que de cozinheiras da região, já habituadas a esse tipo de trabalho. As despesas para realização da atividade tiveram apoio financeiro da fundação Rosa Luxemburgo e outras entidades parceiras.

As atividades do encontro foram facilitadas pelo Coletivo Itinerâncias – coletivo autônomo e auto-gestado que apoia lutas de povos e comunidades tradicionais no Brasil e na Latino América. O coletivo possui uma metodologia de trabalho consolidada baseada sobretudo na autogestão das ações coletivas. O exemplo prático da autogestão pôde ser experienciado quando ocorreu a divisão de tarefas – divisão e afazeres necessários para um bem comum feita a partir das habilidades de cada um. O trabalho do coletivo se mostrou fundamental, sobretudo, para confecção da relatoria gráfica do evento (processo que foi contínuo enquanto durou o encontro).

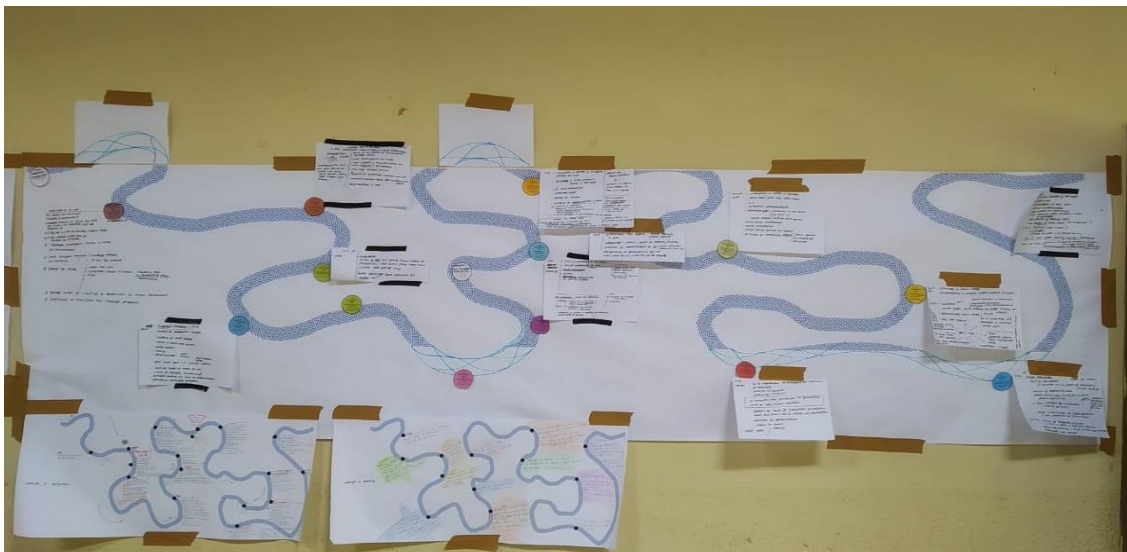


Imagem 10: Relatoria grafica do encontro de avaliação de 10 anos de caminhada da Teia.

Fonte: Dos autores

Na parte da manhã do dia 20, sexta-feira após a mística de abertura do encontro aconteceu o já tradicional momento de fazer memória da Teia, bem como a breve análise de conjuntura, nesta oportunidade conduzida por KumTum, indígena do Povo Akroá-Gamella e agente da CPT e pela também agente da CPT Lenora Mota.

Em sua fala introdutória Lenora Mota, remonta brevemente o histórico da questão agrária maranhense, destacando as formas de ocupação pelas quais o território maranhense passou e os distintos usos atribuídos ao mesmo e como esse histórico da questão agrária impacta na composição da situação agrária contemporânea. Seguindo em sua explanação a agente apresenta sucintamente em qual contexto histórico e político do desenvolvimento do capitalismo surge a articulação da Teia.

Kumtum inicia sua fala chamando atenção para o aspecto *agro minero exportador* dos megaprojetos de “desenvolvimento” instalados no Maranhão. Ainda salienta a ligação que existe entre os diversos setores da indústria e dos projetos, além da estreita relação entre Estado e corporações empresariais e o seu aspecto transnacional. Em suas falas seguintes ressalta que ancestralidade e as territorialidades são importantes armas no enfrentamento aos megaprojetos (marcas da resistência) e como o Estado e seus representantes tem atuado fortemente desarticulando as comunidades – cooptando lideranças; amedrontando os camponeses com o aparato repressor do Estado e por vezes validando ações violentas das empresas – dessa forma enfraquecendo as resistências.

No momento em que a fala foi franqueada, Saulo Costa – professor e agente da CPT/MA, lembrou da necessidade de retomar a discussão a respeito da descolonização do corpo e da mente, categoria analítica que é apresentada com força na Teia desde seu estágio germinal e norteado a *práxis* das ações promovidas pela Teia de Povos e Comunidades Tradicionais.

Raimundo Moreira, liderança quilombola ameaçada e também agente CPT/MA na comunidade Santa Maria dos Moreiras no município de Codó, comunidade que já recebeu o encontro da Teia, relatou o novo acirramento do conflito contra o Deputado César Pires que reclama a posse do território da comunidade. O conflito foi intensificado de dentro pra fora da comunidade, na figura de Mario Sérgio morador de Santa Maria, mas que tem atuado em favor dos interesses do referido deputado.

Verena Glass representante da Fundação Rosa Luxemburgo, partilhou a experiência do movimento Xingu Vivo que tem acompanhado de perto nos últimos anos. O movimento tem lutado pela preservação dos territórios das comunidades desde o canteiro de obras da UHE de Belo Monte. O movimento é composto por Povos e comunidades diversos, ponto no qual se assemelha à Teia.

Os megaprojetos de desenvolvimento e exploração da natureza na região da Volta Grande do Xingu não pararam, o mais recente atende pelo nome de Belo Sun, corresponde a uma mina que se pretende a maior em exploração de ouro do mundo a céu aberto (fraturas da natureza).

Ainda neste momento foi apresentada a carta de princípios do movimento Xingu Vivo e como proposição para construir um documento semelhante para Teia que se adeque e respeite as especificidades.

Após todas as atividades realizadas ao longo dos dois (02) dias chegou a hora de planejar os próximos passos da Teia para 2021/22. O coletivo etinerências um trabalho que consistia em pedir aos presentes que escrevessem o que gostariam de ver a Teia realizando. Desta maneira os cinco (05) objetivos mais votados pela plenária foram escolhidos e entre estes foi escolhido um (01) objetivo que se mostrou mais geral (objetivos específicos tenham seu momento de destaque) e sobretudo exequível.

Desta forma o objetivo intitulado “Fortalecer as lutas e resistências dos Povos e Comunidades na Teia para ampliar a entrada de mais Povos, comunidades, entidades, focando na juventude, no processo de retomada e entidades urbanas que se alinham com a Teia”.

O desafio está colocado para Teia e todos e todas que ajudam a construir a articulação para fortalecer as resistências dos Povos e comunidades camponesas do Maranhão em defesa dos territórios, da natureza e da vida. Reforçar o apoio aos processos de retomadas (ações diretas) tão urgentes em razão do momento histórico atual. Além de ampliar e fortalecer as alianças com as entidades e comunidades urbanas em processo de luta elevando ainda mais o caráter plural da Teia em prol de um *Bem Viver* para os povos do campo e da cidade.

No que diz respeito a “avaliação” dos processos da Teia. Em plenária o entendimento deixado para os presentes foi de que, apesar, das dificuldades impostas pela pandemia para realização de reuniões maiores e presenciais nos territórios, nunca antes foi tão importante manter o espírito combativo e de união vivo em todos que participam do processo, apesar das diferenças, sobretudo pelos desafios que o momento tem impostos a Povos e comunidades no campo e na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num primeiro momento evidenciamos como ocorreu nossa aproximação do objeto de estudo e das temáticas abordadas bem como, tentamos demonstrar quais caminhos metodológicos percorremos durante a pesquisa. Ainda para introdutório, tomamos como base os trabalhos de ALKMIN (2015); ZARADER (2007); ABBAGNANO (1998); AMÍLCAR CABRAL (2014) e outros autores, para ainda que preliminarmente construir o que podemos chamar de um breve estado da arte a respeito da noção de autonomia.

Para tanto nos fundamentamos especialmente em autores e experiências latino americanas, como também, desenvolvemos com maior robustez categorias que são fundamentais para o entendimento de quem irá ler este trabalho, são a, concepção de usos do território e questão agrária no Maranhão, vista sob o prisma dos megaprojetos – em foco o MATOPIBA – dos crimes violentos no campo derivados de conflitos fundiários.

Para o segundo momento do texto, desenvolvemos a ideia relativa aos megaprojetos e a produção da espaço/natureza que foram aqui entendidas como agentes que constroem autonomia e confrontam as resistências. Sob um prisma crítico, deu-se um maior enfoque às áreas de cerrado que são impactadas diretamente pelo PDA-MATOPIBA –, para, em paralelo, demonstrar como as comunidades camponesas que vivem nessas áreas são impactadas por tal megaprojeto, visto que parte significativa das comunidades articuladas à Teia estão territorializadas nessa área.

Por fim, tentamos demonstrar a partir das e vivências, como, as comunidades visitadas têm buscado se organizar para os embates, frente ao modelo de desenvolvimento que subalterniza suas existências e modos próprios de organização. Entendemos ainda que este trabalho não está finalizado, mas reúne importantes informações que podem colaborar para luta dos povos por meio das experiências teórico-práticas expostas nestas páginas.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **O zoneamento ecológico-econômico a multiplicidade de ordens socioambientais na Amazônia.** In: Novos Cadernos Naea. V. 03, N. 02. p. 05-15. DEZ. 2000.

ALKMIN, Fábio Márcio. **Por Uma Geografia da Autonomia:** a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015).

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasta:** terras tradicionalmente ocupadas. 2ª. Ed. Manaus: pgsca-UFAM, 2008.

AMADOR, Rafael Barra. **A TEIA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS:** autonomia territorial e resistências em face de processos hegemônicos. Monografia (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Maranhão, SÃO LUÍS, 2018.

ANARQUISTAS CONTRA O MURO. Editora Monstro dos Mares. 2017.

BATISTELLA, Mateus, BOLFE, Édson Luis. **Relatório de Planejamento do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão.** Embrapa. Campinas, São Paulo. 2013.

BATISTELLA, Mateus, BOLFE, Édson Luis. *Et.al.* (Org.). **Relatório de Planejamento do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão** – Embrapa Monitoramento por Satélite. Embrapa Cocais, São Luís, MA. 2014.

BATISTA, Carlos dos Santos; SANTOS, José do Nascimento; RODRIGUES, Lenora C. Mota; AMADOR, Rafael Barra; COSTA, Saulo Barros. **TEIA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MARANHÃO. (RELATÓRIO 2013-2016).** Conselho Indigenista Missionário (CIMI) – Regional Maranhão / Comissão Pastoral da Terra (CPT) - Regional Maranhão / Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) / Núcleo de Estudos e Pesquisa em Questão Agrária (NERA). São Luís, 2017.

BASCHET, Jérôme. **Rebeldía, Resistencia y Autonomía** – La Experiencia Zapatista. Colección Rebeldías. Primera Edición. México, 2018.

BASCHET, Jérôme. **Adiós al Capitalismo** – Autonomía, sociedade del buen vivir y multiplicidade de mundos. México, 2015.

BRASIL. **Decreto de Lei nº 4297/2002 de 10 de julho de 2002.** Estabelece critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/decreto/2002/D4297.htm>. Acesso em: 23/05/2021.**

BRASIL. Lei nº 12651 de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651compilado.htm>. Acesso em: 24/05/2021.

BRASIL. Serviço Geológico do Brasil – CPRM. **Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE.** Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Gestao-Territorial/Zoneamento-Ecologico-Economico---ZEE-5428.html>> . Acesso em: 24/05/2021.

CAPASSO, Raíssa. **Redes de cuidado:** revoluções invisíveis por uma vida viável. 1ª.ed. Fundação Roso Luxemburgo. São Paulo, 2021.

CARDOSO, Franci Gomes. **Classes sociais e construção de hegemonia das classes subalternas.** VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2017.

COSTA, Saulo Barros, (*et.al*). **A GEOGRAFIA DOS CONFLITOS NO CAMPO NO MARANHÃO 2015-2016.** 2016.

CORONIL, Fernando. **El estado mágico:** naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela, 2016. Disponível em: <<https://epulahistoria.files.wordpress.com/2016/10/6-el-estado-magico-fernando-coronil.pdf>>. Acesso em: 15/08/2020.

DOROUGH, Dalee Sambo. El derecho a la libre determinación y los pueblos indígenas: La continua búsqueda de la igualdad. In. **AUTONOMÍAS Y AUTOGOBIERNO EN LA AMÉRICA DIVERSA.** (Org). GONZÁLEZ, Miguel; MAYOR, Araceli Burguete Cal.; MARÍMÁN, José; T-ORTIZ, Pablo; FUNAKI, Ritsuko. Universidad Politécnica Salesiana. Quito-Ecuador, 2021.

EDITORA TERRA SEM AMOS. **América Latina: Crise, Insurgências e Coronavírus.** In.: Revista Terras Sem Amos. Dossiê: Crise e Insurgência na América na Latina. Ano I, n. 01. p. 05-06. Brasil, 2020.

ÉLISÉE, Reclus; KROPOTKIN, Piotr. **Escritos sobre educação e geografia.** 1ª ed. Biblioteca Terra Livre. 2012.

ESTEVA, Gustavo. Autonomía y democracia radical. In: BARTOLOMÉ, M e BARABAS, A. *Autonomías étnicas e Estados Nacionales.* México: CONACULTA/INAH, México, 1998.

ESTEVA, Gustavo. Sentido y alcance de la lucha por la autonomía. In: MATTIACE, S; HERNÁNDEZ, E. e RUS, J. (Eds.), *Tierra, Libertad y autonomía: impactos regionales del zapatismo em Chiapas.* México: CIESAS/IWGIA. 2002.

FERREIRA, Joelson; FELÍCIO, Erahsto. **Por terra e território:** caminhos da revolução dos povos no Brasil. Teia dos Povos, 2021.

FERREIRA, Antônio J. de A. Uma interpretação geográfica do Maranhão contemporâneo a partir do ordenamento territorial. In: FERREIRA, A.J.; LIMA, R.M.B. (Orgs.). **Estudos de geografia do Maranhão**. São Luís; Edufma, 2013.

FONSECA, Luís; PIRES, Olívio; MARTINS, Rolando. (Org.) **Pensar para Melhor Agir**: as intervenções de Amílcar Cabral no seminário de Quadros do PAIGC de 19 a 24 de novembro de 1969. Fundação Amílcar Cabral. Praia, 2014.

GASPAR, Rafael Bezerra. **O eldorado dos gaúchos**: Deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2010.

GONZÁLEZ, Miguel. Autonomías territoriales indígenas y regímenes autonómicos (desde el Estado) em América Latina. In. **La autonomía a debate**: autogobierno indígena y Estado plurinacional en América Latina/ coordinado por Miguel González, Araceli Burguete Cal y Mayor y Pablo Ortiz-T. Quito: FLACSO, Sede Ecuador : Cooperación Técnica Alemana - GTZ : Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas – IWGIA : Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social - CIESAS : Universidad Intercultural de Chiapas - UNICH, 2010.

GISLOTI, Laura J.; MARTINS, Elemir S.; MONFORT, Gislaine C. **Conhecimento Indígena, Autonomia e Lutas Anticoloniais Kaiowá e Guarani contra a Necropolítica e o Agronegócio**. In.: Revista Terras Sem Amos. Dossiê: Necropolítica na América Latina. Ano I, n. 02. p. 05-11. Brasil, 2020.

HARNECKER, Marta. **Um mundo a construir**: novos caminhos. 1.Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2018.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção: Geografia e Adjacências), 252 p.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **Espaço de Esperança**. 2. Ed. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2004.

IBARRA GARCIA, Maria.V. **Los megaproyectos desde una geografía crítica**. In: IBARRA GARCIA, M.V.; TOLLEDOS SÁNCHEZ, E. (Coords.). Megaproyectos em México: uma lectura crítica. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional Autónoma de México, 2016 - 286 p

LIMA, Roberta Maria B. Figueiredo. **Projeto Mapeamento e Georreferenciamento dos territórios em conflitos agrários no Maranhão (Relatório de pesquisa)**. São Luís, NERA, 2015.

KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. Brasiliense. São Paulo, 2004.

MARANHÃO. Sumário Executivo do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Maranhão – ZEE: Etapa Bioma Amazônico. IMESC. São Luís, 2019.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **As sete peças soltas do quebra-cabeça mundial – o neoliberalismo como um quebra-cabeças**: a inútil unidade mundial que fragmenta e destrói nações. Editora Terras Sem Amos: Brasil, 2020.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução na América Latina**. Editora Terra Sem Amos: Bacurau, 2020.

MARINHO, Samarone Carvalho; BATISTA, Carlos dos Santos. **Megaprojetos em cabo Verde e no Brasil**: esboço crítico para uma análise geográfica. *In.*: MARINHO, Samarone Carvalho; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; *et.al.* (Orgs). **Diálogos do Sul Atlântico**: Crítica e interpretação da contemporâneo em Cabo Verde e Brasil. 7Letras. Rio de Janeiro, 2021.

MARINHO, Samarone Carvalho; BATISTA, Carlos dos Santos; AMADOR, Rafael Barra. **Usos hegemônicos do território, megamineração e água mercadoria**: notas críticas para aproximação a um temário. *In.*: SANT'ANA, Horácio Antunes; RIGOTTO, Raquel Maria. (Orgs). **NINGUÉM BEBE MINÉRIO** Águas e povos *versus* mineração. 1.ed. 7Letras. Rio de Janeiro, 2020.

MARQUES, Marta Inez. **Natureza e sociedade**. *In.*: Ana Fani Carlos; Rita de Cássia Ariza da Cruz. (Org.). A necessidade da geografia. 1ed. São Paulo: Contexto, v.1. p. 175-190, 2019.

MAYOR, Araceli Burguete Cal. Autonomía: la emergencia de un paradigma em las luchas por la descolonización em América Latina. *In.* **La autonomía a debate**: autogobierno indígena y Estado plurinacional em América Latina/ coordinado por Miguel González, Araceli Burguete Cal y Mayor y Pablo Ortiz-T. Quito: FLACSO, Sede Ecuador : Cooperación Técnica Alemana - GTZ : Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas – IWGIA : Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropología Social - CIESAS : Universidad Intercultural de Chiapas - UNICH, 2010.

MOREIRA, Ruy. **O espaço e o território**: Conceitos e modos de uso em tempos de movimentos sociais. *In.*: SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro; COELHO NETO, Agripino Souza; SILVA, Onildo Araújo (Orgs.). **Espacialidade e Movimentos Sociais**. Consequência. Rio de Janeiro. 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. Contexto: São Paulo, 2001.

ORTIZ, Pablo. T.; CHIRIF, Alberto **¿Podemos ser autónomos?** Pueblos indígenas vs. Estado em Latinoamérica. Intercooperation/RRI. Quito, junio de 2010.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **Estado e mercado na definição de uma região agrícola moderno: processos e consequências no Triângulo Mineiro.** In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. *et.al.* Estado, políticas públicas e território. 1. ed. Outras Expressões. São Paulo. 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia: encruzilhada civilizatória tensões territoriais em curso.** 1ª ed. IPDRS/CIDES – UMSA, Bolívia. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** 6ª Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente.** 14.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

RELATÓRIO DO III ENCONTRÃO DA TEIA DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS – “TECENDO AUTONOMIA”. Santa Maria dos Moreiras, 2015.

GISLOTI, Laura J.; MARTINS, Elemir S.; MONFORT, Gislaine C. **Conhecimento Indígena, Autonomia e Lutas Anticoloniais Kaiowá e Guarani contra a Necropolítica e o Agronegócio.** *In.*: Revista Terras Sem Amos. Dossiê: Necropolítica na América Latina. Ano I, n. 02. p. 05-11. Brasil, 2020.

RAFFESTIN, Claudie. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REVISTA TERRA SEM AMOS. **Dossiê: Crise e insegurança na América Latina.** Ano I, N.01. Parnaíba-PI. 2020.

RODRIGUES, Sávio José Dias; PALHANO, Jairo Eduardo; SOUSA, Jefferson Carlos Carvalho. Modernização do território e trabalho escravo contemporâneo no caminho da estrada de ferro Carajás. **Revista Geonordeste.** São Cristóvão, Ano XXXI, n. 1, p. 111-130, Jan./Jun. 2020

RODRIGUES, Sávio José Dias. Organização Camponesa em Balsas/MA e a expansão do agronegócio da soja: implicações e resistências camponesas no Sul do Maranhão. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Fortaleza, 2010.

SABATO, Enesto. **A resistência.** Tradução Sérgio Molina – Companhia das Letras. São Paulo, 2008.

SANTANA, Renato. **Novo massacre indígena no Maranhão.** In: PORANTIM em defesa da causa indígena. Nº. 395. Brasília, maio 2017.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço.** 4ªed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão.** 7ªed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton; [et.al]. **Territórios, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. Ed. Lamparina. Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil** – Território e sociedade no início do século XXI. 9ª. Ed. Record. Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização:** do pensamento único à consciência universal. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: **Territórios, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. Ed. Lamparina. Rio de Janeiro, 2007.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado:** Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. In.: Revista Cidades. v.7. n. 1. 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Por uma Geografia Libertária.** 1. Ed. Rio de Janeiro. Editora Consequência, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2013.

VASCONCELOS, Vitor Viera; HADAD, Renato Moreira; MARTINS JÚNIOR, Paulo Pereira. **Zoneamento Ecológico-Econômico** – Objetivos e Estratégias de Política Ambiental. Gaia Scientia. Paraíba. Vol. 07, N.01. p. 119-132. 2013.

ZIBECHI, Raúl. *Autonomías y emancipaciones.* América Latina en Movimiento. Peru, Bajo tierra ediciones-sísifo ediciones. 2007.

ZIBECHI, Raúl. **O despertar dos debaixo:** 1968 na América Latina. Editora Terras Sem Amos. Brasil. 2021.

ZIBECHI, Raúl; WAHREN, Juan. **O mundo de baixo cresce em silêncio.** Tradução de Alexandre Wellington dos Santos Silva. In.: Revista Terras Sem Amos. Dossiê: Crise e Insurgência na América na Latina. Ano I, n. 01. p. 45-48. Brasil, 2020.

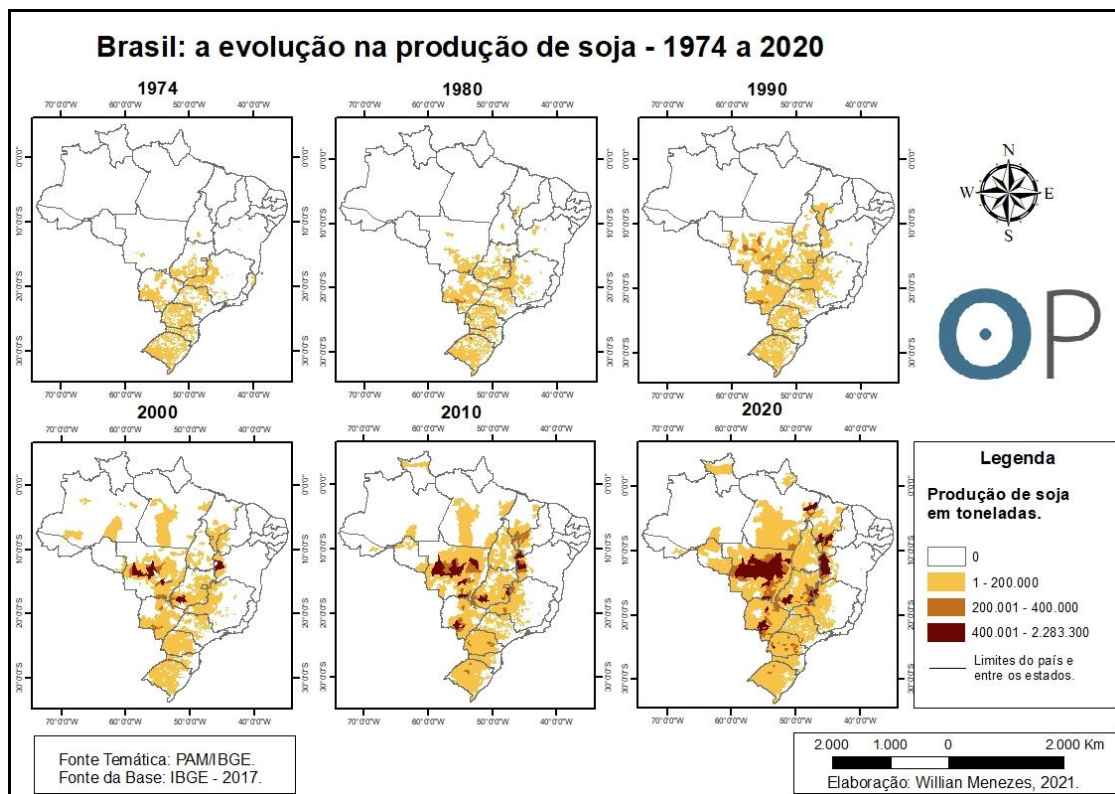
ZIBECHI, Raúl. **Territórios em resistência:** cartografia política das periferias urbanas latino- americana. 1.Ed. Consequência Editora. Rio de Janeiro. 2015.

ANEXOS

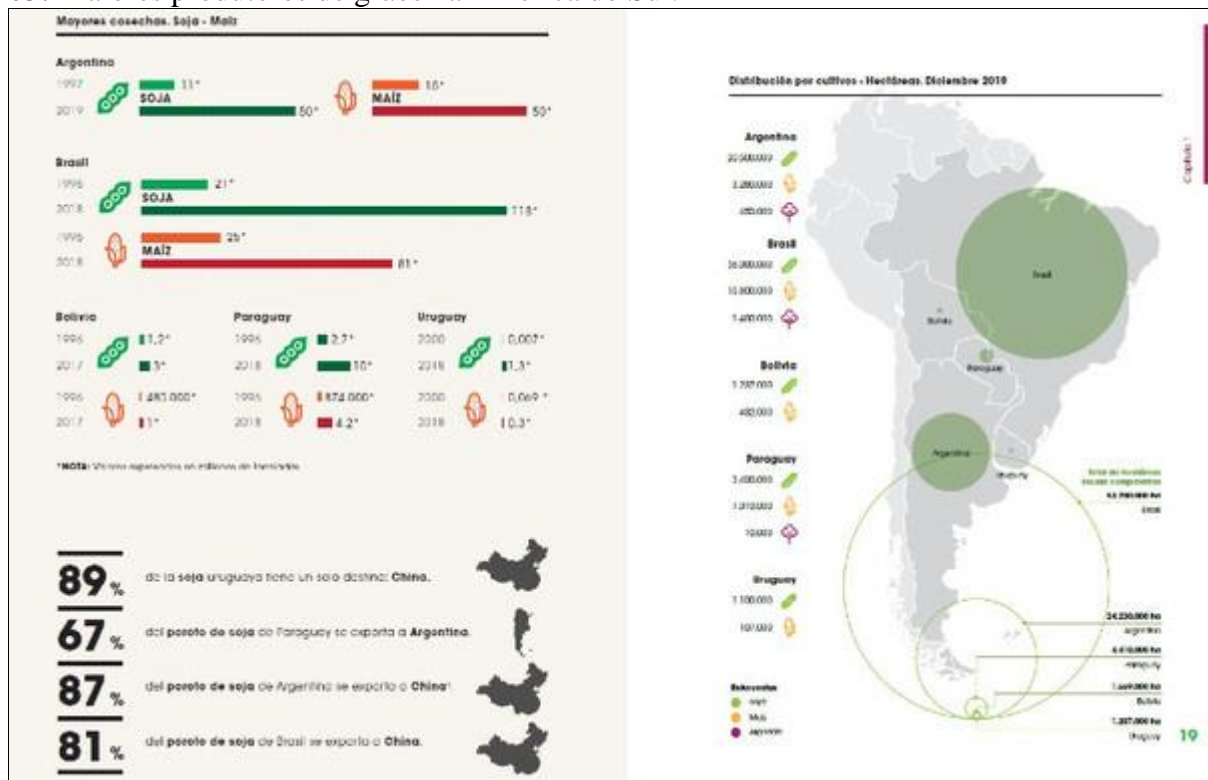
01: Demais propriedades registradas em nome de Eliberto Stein, no total foram encontrados 13 registros de propriedade em pessoa física. Print retirado do página de busca do SIGEF.

Nome	Área (ha)	Detentor	CNS	Matrícula
Fazenda Santo Isidro / 01	520,3359	ELIBERTO LUIZ STEIN	03.072-6	12.028
Fazenda Santo Isidro / 02	1867,8610	ELIBERTO LUIZ STEIN	03.072-6	12.029
Fazenda América / Fazenda America	263,9845	ELIBERTO LUIZ STEIN	03.072-6	4774
Fazenda Feião IV / Fazenda Feião IV	117,6859	ELIBERTO LUIZ STEIN	03.072-6	430
Fazenda Feião IV / Fazenda Feião IV	94,5432	ELIBERTO LUIZ STEIN	03.072-6	6541
Fazenda Feijão I / Fazenda Feijão I	82,0688	ELIBERTO LUIZ STEIN	03.072-6	12.384
Fazenda Feijão II / Fazenda Feijão II	61,9439	ELIBERTO LUIZ STEIN	03.072-6	12.395
Fazenda Feijão III / Fazenda Feijão III	162,9268	ELIBERTO LUIZ STEIN	03.072-6	12.383
Fazenda Paraná / Fazenda Paraná	286,3897	ELIBERTO LUIZ STEIN	03.072-6	12.407

02: Evolução da produção de Soja no Brasil nas décadas de 1974-2020



03: Maiores produtores de grãos na América do Sul.



04: Carta aberta dos Povos e Comunidades reunidos no VII Encontro da Teia.

Carta Aberta do VII Encontro da Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão

Nós, comunidades quilombolas, quebradeiras de coco, pescadores, camponesas, sertanejas, povos indígenas Awá-Guajá, Ka'apor, Krenyê, Tremembé, Krepym Kateje, Akroá-Gamella, Krikati e Gavião, organizações aliadas e parceiras – CPT, CIMI, MIQCB, MOQUIBOM, JORNAL VIAS DE FATO, NERA/UFMA, NÓDOA, GEDMA/UFMA, COOPERAXION, QUILOMBO URBANO, RE(O)CUPA e MAB reunidos no Quilombo Cocalinho (município de Parnarama), no sétimo Encontro da Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão, nos reunimos para compartilhar experiências de luta, resistência, insurgência e solidariedade.

A partir do tema desse encontro, “Nosso Território Sagrado: bem viver, memória, luta e esperança”, a teia se fortalece como espaço de articulação e ação, animando os nossos projetos de vidas, pautados no bem viver, pelo direito e respeito a nossa cultura e autonomia. E quando falamos em autonomia, tratamos do direito a nossa organização, nossa própria educação, medicina tradicional e práticas de produção.

Sabemos e reavaliamos que, juntos, temos o poder de enfrentar o poder econômico e o poder político, que sobrevive abrigado nas instituições públicas.

No campo, a violência contra nós parte do latifúndio e do grande capital, de empresas como Vale, Suzano, WTorres, Costa Pinto, associado ao poder judiciário, que segue criminalizando nossos movimentos, organizações e lideranças, determinando trágicos e injustificáveis despejos.

O Cocalinho é um exemplo disso, um território centenário, demarcado pelo toque da Caixa do Divino, hoje cercado pelo eucalipto, soja e fazendas de gado. Mais um quilombo que, um dia, chegou a ser apontado como “invasor”. Nesse ambiente, vários dos nossos vivem ameaçados, como é o caso de Gil Quilombola, Jainara Krepym e tantos outros.

Em São Luís, assim como nos demais municípios do Estado, as grilagens cartoriais, as fraudes escandalosas, continuam sendo feitas para servir a interesses criminosos. Um exemplo citado em nosso encontro foi o caso da Comunidade do Engenho (em São José de Ribamar), território indígena, objeto das ações ardilosas do ex-deputado Alberto Franco, figura que também manobra por dentro do Judiciário. Outro exemplo dramático é o que está sendo vivido pela Comunidade de Cajueiro, localizada em São Luís, dentro da Resex Tauá Mirim e que abriga o território sagrado do Terreiro do Egito. Com a conivência do Estado, a comunidade Cajueiro vem sendo brutalmente violentada pela ação da WTorres, interessada na instalação de um porto privado, ilegal e desnecessário. Assumimos o compromisso e o desafio de manter a nossa unidade, ampliar e fortalecer nossas alianças, sempre na perspectiva de defender e garantir nossos TERRITÓRIOS SAGRADOS e nosso BEM VIVER. Tudo isso, sabendo da necessidade de dar visibilidade a nossa caminhada, fortalecendo uma comunicação que; além de informar, denunciar, registrar e mobilizar; possa também atuar na nossa formação.

E assim, plantando simbolicamente os ancestrais fundadores do Cocalinho, retornamos as nossas comunidades, com nossa esperança renovada e ampliada, com a força dos nossos encantados, orixás, Jesus de Nazaré, tendo a certeza que cuidar da outra, do outro e do mundo faz bem.

Cocalinho (MA), 10 de dezembro de 2017.

Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão

05: Mapas de violência no campo na modalidade assassinato (Maranhão 2020 e 2021).